



JK

“

Por que
construí
Brasília

”

DF
LETRAS

A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA

ANO VII

Nº 91/96

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Dez anos de

Lei Orgânica

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Presidente

Benício Tavares

Vice-Presidente

Gim Argello

1º Secretário

Paulo Tadeu

2º Secretário

Eliana Pedrosa

3º Secretário

Izalci Lucas

Conselho Editorial: Francisco Gustavo de Castro Dourado, Afonso Ligório Pires de Carvalho, Margarida Patriota, João Henrique Serra Azul, José Ferreira Simões, Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, José Prates, Gracia Cantanhede, José Geraldo Pires de Mello, Luiz Gonzaga Rocha, Diniz Felix dos Santos, Romário Schettini, João Vianney C. Nuto, Marco Túlio Lustosa de Alencar. Coordenador de Editoração e Produção Gráfica: Randal Junqueira. Assistente da Coordenadoria: Luiza A. de Mendonça. Editor DF Letras: Ivan Carvalho. Reportagem: Zildenor Dourado, Donalva Caixeta, Anamaria Pinheiro, Ricardo Wagner, José Coury Neto, Marco Túlio e Luis Cláudio. Programação Visual: Marcos Lisboa. Editoração Eletrônica: Apolo Guandalini. Fotografia: Fábio Rivas, Silvio Abdon, Carlos Gandra, Rinaldo Morelli, Arquivo Público do DF, SETUR e EMBRATUR. Revisão: Glória Iracema D. F. Alencar, José Afonso de Sousa Camboim e Vania Maria Regó Codeço. Digitação: Gilberto Lucas. Chefe da Seção de Editoração: William Frederico Almeida. Equipe: Ana Beatriz Caçador, Antônio Eufrauzino, Claudio de Deus, Claudio Gardin, Dino Souza, Hélio Araújo, Marcelo Perrone, Marizete Amaro, Nelci Stein e Oscar Monterrojas. Chefe da Seção de Produção Gráfica: Armando Laurindo da Silva. Equipe: André Gonzaga de Souza, Antônio A. dos Santos, Carlos A. de Macedo, Celso Santana, Cláudio Quilici, Denilson Caldas, Francisco Cristiano Bezerra, Glacy Barrozo, Guilherme Bacalhao, Irani de S. P. Araújo, Ivanildo de A. Silva, João Batista Neto, Jonatas Martins, José C. de Sousa, José de Jesus, José Luiz Bergamaschi, José Teles de Albuquerque, José Maria Damasceno, Kleber Salles, Lázaro Tolentino, Liliane Oliveira, Luiz Fidyk, Nicanor F. Ricardo, Raimundo Nonato T. Carvalho, Reinaldo Andrade, Silvio R. Fonseca e Valfredo Perfeito.

Tiragem:

5 mil exemplares. Esta edição compreende os números 91/96, meses de janeiro de 2002 a junho de 2003. Os autores das matérias publicadas não recebem qualquer valor pecuniário e é de sua inteira responsabilidade o conteúdo das mesmas.

A

Revista DF Letras está de volta depois de um bom tempo de ausência. A partir desse retorno, pretendemos manter a periodicidade bimensal, que sempre caracterizou a publicação e a fez querida por todos os leitores que a têm acompanhado ao longo desses últimos dez anos de circulação. Como é do conhecimento de todos, a revista DF Letras é distribuída gratuitamente em

bibliotecas, escolas, associações literárias e aos assinantes de todo o país.

Os leitores dos mais diferentes matizes podem achar que o conteúdo desta edição está um pouco diferente daquele a que estão acostumados. E eles não deixam de ter certa razão, pois, “demos um tempo” quanto aos contos, crônicas e poesias, para abordar dois temas que são caros para todos nós, em especial os brasilienses.

O primeiro deles é que, no mês de junho, a Câmara Legislativa do Distrito Federal comemora dez anos de promulgação da Lei Orgânica, a Constituição do Distrito Federal. A Lei Orgânica – misto de lei municipal constitutiva e de constituição estadual – foi um trabalho ambicioso, que produziu grandes repercussões na vida do Distrito Federal e transformou-se em documento avançado e moderno, como você verá nas próximas páginas.

Assim, as comemorações da primeira década da promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal nos dão confiança de que as intervenções da Câmara Legislativa nas decisões que repercutem no cotidiano dos cidadãos vêm contribuindo para melhorar as condições de vida da população.

O outro tema, motivo de abordagem da revista DF Letras, está relacionado com a construção de Brasília. Nas próximas páginas o leitor vai descobrir como se processou essa verdadeira saga que foi a construção da Capital da República, registrada inclusive por um texto do próprio Juscelino Kubitschek e por depoimentos de pioneiros que participaram desse extraordinário evento.

Tanto a história da promulgação da Lei Orgânica quanto a da construção de Brasília, apresentadas pela revista, são documentos históricos valiosos que a Câmara Legislativa se orgulha de levar ao público leitor. No próximo número, que está sendo coordenado pelo escritor e poeta Newton Rossi, a DF Letras voltará a seu padrão original.

Boa leitura.

Ivan Carvalho

Coordenador de Comunicação Social

Dez
anos
de

Câmara Legislativa
do Distrito Federal

Lei Org

A longa cassação branca de Brasília terminou em 1990, quando seus habitantes, depois de uma abstinência eleitoral de 26 anos, elegeram os 24 deputados distritais que, a partir de janeiro do ano seguinte, modificariam o panorama político da cidade. Essa mudança foi completada com a promulgação, em 8 de junho de 93, da Lei Orgânica - a Constituição do Distrito Federal - que, em seus 365 artigos e 55 disposições transitórias, define o ordenamento jurídico da capital federal.



Orgânica



Concluía-se, então, um trabalho ambicioso, que durara quase três anos, mas que produziria grandes repercussões na vida do Distrito Federal e de seus moradores. A Lei Orgânica – misto de lei municipal constitutiva e de constituição estadual – em alguns aspectos ateu-se aos limites estabelecidos na Constituição Federal, que impede, por exemplo, a divisão do Distrito Federal em municípios e, em

conseqüência, a eleição dos administradores regionais. Em outros, no entanto, a Carta Magna do DF ousou e transformou-se em documento avançado e moderno.

Reconstituir esses momentos, que transformaram o cenário político do Distrito Federal ao agregar a plena cidadania a seus habitantes, é o objetivo desta edição especial da revista DF Letras, que homenageia também Juscelino Kubitschek, o visionário fundador desta cidade, pelo centenário de seu nascimento.

Nunca é demais lembrar que a subtração da cidadania aos habitantes do DF por mais de duas décadas e meia deveu-se a injunções políticas específicas, como o império da ditadura e a falta de sensibilidade dos membros do Congresso Nacional. Mas o resgate dessa cidadania aconteceu, como bem lembra o presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares, graças a um verdadeiro levante da população, inconformada em ver decisões de seu interesse sendo tomadas nos gabinetes fechados dos governadores nomeados.

Afinal, a cidade pensada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer não teria mais de 500 mil habitantes, no seu apogeu, e a Brasília dos anos 90 ostentava uma população de quase dois milhões de pessoas, com altos índices de escolaridade e consciência política. Ante realidade tão diversa, a autonomia política era o único caminho condizente com suas aspirações.

A história reconstituída não tem a mesma intensidade daqueles dias pioneiros, mas fundamenta-se na necessidade de lembrar-se que o Legislativo é o mais democrático dos poderes, pela possibilidade que abre aos eleitores de acompanhar o trabalho dos eleitos e interferir nos resultados de sua atuação.



Os deputados participaram ativamente da elaboração da Lei Orgânica

Os autores da Lei Orgânica

Toda lei, depois de promulgada, desvincula-se de quem a propôs e deixa de ter autoria. Mas os 24 deputados distritais da primeira legislatura dividiram entre si não apenas o privilégio de pela primeira vez representar os brasilienses numa Casa legislativa como também o orgulho de ser os signatários da Carta Política do Distrito Federal.

Envolvidos direta ou indiretamente com as comissões temáticas, os deputados ocuparam-se dia e noite, não raro madrugadas, em discussões sobre assuntos tão diversos quanto saúde, educação e terras públicas. E foram bem-sucedidos em seus projetos, pois a Lei Orgânica, que consagrava a emancipação política do DF, é considerada moderna e, em muitos sentidos, avançada pela natureza das conquistas que inseriu.

A Comissão de Organização dos Poderes foi presidida pelo deputado Cláudio Monteiro, teve como vice Edimar Pireneus e como relator Peniel Pacheco. Presidiu a Comissão da Ordem Social e Meio Ambiente o deputado Padre Jonas, cujo vice foi Jorge Cauhy e relatora Rose Mary Miranda.

A Comissão da Ordem Econômico-Financeira, Orçamento e Tributos teve o deputado José Ornellas como seu presidente, Benício Tavares como vice e Carlos Alberto como relator. Os trabalhos afetos à Comissão de Política Urbana e Rural foram confiados à direção do deputado Gilson Araújo, tendo como vice José Edmar e como relator Aroldo Satake.

A Comissão de Sistematização, incumbida de reunir o trabalho das comissões temáticas, foi presidida pelo deputado Maurílio Silva, com Maria de Lourdes Abadia como vice. Além do deputado Geraldo Magela na relatoria, teve o concurso de todos os relatores das comissões temáticas.

Os demais parlamentares, mesmo não participando diretamente dos trabalhos das comissões, também contribuíram para que o Distrito Federal tivesse uma Lei Orgânica avançada. Foram eles: Agnelo Queiroz, Euripedes Camargo, Fernando Naves, Lucia Carvalho, Manoel de Andrade, Pedro Celso, Salviano Guimarães, Tadeu Roriz e Wasny de Roure.



“ O brasiliense teve papel fundamental no resgate da cidadania. A autonomia política foi o caminho encontrado. ”

Benício Tavares

Uma carta política avançada e moderna

Momentos de grandes desafios aqueles que se seguiram à abertura oficial, no dia 2 de agosto de 1991, dos trabalhos da Lei Orgânica do Distrito Federal. A própria solenidade deu-se ao ar livre, com a formalidade possível, na entrada do prédio da Emater-DF, no final da Asa Norte, onde a Câmara Legislativa se instalara. Entre as muitas autoridades convidadas para presenciar aquele momento histórico, estavam o governador e o presidente do Tribunal de Justiça do DF, como representantes dos poderes que, com o Legislativo, formatava o tripé da democracia candanga.

A carta política do DF, cuja elaboração se iniciava, começava do zero. A jovem Câmara não dispunha de técnicos, nem mesmo de instalações adequadas, e os deputados distritais da primeira legislatura, à exceção de Maria de Lourdes Abadia, não tinham qualquer experiência legislativa. Afora essas limitações havia o reiterado desejo, tanto do povo como de seus representantes, de que a Lei Orgânica fosse realmente um documento de vanguarda, que espelhasse com fidelidade os anseios de uma população esclarecida e exigente, que passara mais de três décadas alijada do processo democrático.

O ponto de partida para a confecção da Lei Orgânica foi a formação das quatro comissões temáticas – da Ordem Social e Meio Ambiente, da Ordem Econômico-Financeira, Orçamento e Tributos, de

Organização dos Poderes do Distrito Federal e de Política Urbana e Rural – vinculadas a uma Comissão de Sistematização.

Para viabilizar os trabalhos, procedeu-se ao recrutamento de técnicos e assessores, mediante a seleção de currículos. Cerca de 100 servidores foram admitidos para garantir que a Lei Orgânica fosse elaborada com urgência e sem abrir mão de exigências que incluíam amplo processo de consulta popular, mediante a realização de audiências públicas itinerantes em todas as cidades-satélites e a apresentação de emendas populares.

A participação popular foi

estimulada inicialmente a partir da distribuição de 100 mil aerogramas nos principais espaços públicos da cidade. Apenas 2.600 foram devolvidos, contendo, ao lado de pedidos de emprego, lotes e afins, sugestões sobre temas pertinentes à Lei Orgânica, especialmente sobre saúde, educação, segurança e transporte.

A realização de audiências públicas itinerantes em todas as cidades do DF, promovidas por cada uma das comissões temáticas, também não teve o retorno esperado, já que elas aconteciam durante o dia e poucas pessoas compareciam aos encontros. Para contornar o problema, as audiências passaram a ser realizadas à



Aprovação da autonomia política do Distrito Federal em 1987 (emenda do Senador Pompeu de Sousa)



noite, o que motivou a participação de um número expressivo de pessoas, em especial em Taguatinga e Planaltina.

De outra parte, a sociedade organizada fez-se presente e atuante durante todo o período de elaboração da Lei Orgânica. No início dos trabalhos, 76 entidades constituíram o Fórum Popular e Sindical Pró-Participação na Lei Orgânica. A Ordem dos Advogados do Brasil (Seção DF) ofereceu contribuição relevante ao examinar, por meio dos oito juristas de sua Comissão de Assuntos Constitucionais, o anteprojeto da lei, identificando erros ou imprecisões que necessitavam de esclarecimentos.

Para sanar as impropriedades apontadas pela OAB/DF, a Comissão de Sistematização, durante 22 dias,

debruçou-se sobre o documento, apontando falhas e indicando sugestões para que a Carta Magna do Distrito Federal fosse, como veio a ser, uma Constituição moderna, coerente com os anseios de sua população.

A Lei Orgânica, pelo próprio *quorum* exigido para sua aprovação - 16 votos -, simbolizou o consenso das forças políticas apresentadas na Casa. A capacidade de articular e transigir impôs-se, então, como indispensável, particularmente em relação aos aspectos polêmicos da carta.

Leis são auto-aplicáveis

Considerada extensa por alguns, em razão de seus 365 artigos e das

55 disposições transitórias, a Lei Orgânica é um misto de lei municipal e de constituição estadual, como reflexo da natureza jurídica híbrida do Distrito Federal, que reúne situações típicas de município com outras inerentes a estado. Com sua promulgação, o Distrito Federal passou a dispor de um ordenamento jurídico que estabelece os princípios da administração pública e os direitos dos cidadãos, em consonância com as aspirações de uma sociedade cuja emancipação política decorreu de um longo trabalho de mobilização.

Longe de ser um complicador, a amplitude da Carta tem suas vantagens, já que 80% de seus dispositivos são auto-aplicáveis, ou seja, independem de lei que os regulamente, o que assegura sua imediata vigência.



“ *A Lei Orgânica define as relações entre os cidadãos e o Estado e estabelece os deveres deste para com a população do DF.* ”

Salviano Guimarães



A Lei Orgânica trata sobre todos os assuntos de interesse da sociedade, assegurando desde mecanismos de proteção ambiental, como a defesa do cerrado, até a geração de empregos, mediante a criação de pólos industriais de alta tecnologia.

Considerando as peculiaridades da capital, de ser em sua essência uma cidade administrativa, a Lei Orgânica privilegia a desconcentração espacial das atividades industriais e da renda, ao mesmo tempo que incentiva a criação de pólos agroindustriais. Outro aspecto inovador da Carta diz respeito a direitos garantidos às mulheres e aos portadores de necessidades especiais.

Dias de intenso trabalho

Desde as definições preliminares, de formatação do modo como a Lei Orgânica iria ser escrita, passando pela escolha dos membros, presidentes e relatores das comissões temáticas, foram 677 dias de intenso trabalho, sem considerar o tempo despendido na confecção do Regimento Interno da Casa, que definiu as regras de elaboração legislativa não apenas da

A falta de experiência de deputados e assessores não impediu que o DF tivesse uma carta política avançada

Lei Orgânica como também do processo legislativo, incluindo prazos, *quorum*, ritos, etc.

Os servidores contratados para trabalhar nos primeiros tempos da Câmara Legislativa, que foram as molas-mestras anônimas e dedicadas do processo, compreenderam logo de início que tinham de improvisar a fim de, primeiro, garantir que a Casa tivesse a estrutura mínima necessária para a posse dos deputados da primeira legislatura e, em seguida, fornecer-lhes os meios para elaborar o Regimento Interno e, finalmente, a Lei Orgânica.

Tudo, no começo, dependia do GDF, inclusive o primeiro orçamento da Casa, que foi um "chute" de quatro milhões de cruzeiros novos. Depois foi necessária a elaboração de um projeto de lei especial a fim

de consignar recursos para a Câmara estabelecer-se de fato (com mesas, cadeiras, telefones) e começar a trabalhar. Essas demandas cresceram com o início da elaboração da Lei Orgânica, pois os deputados tinham de dispor de transporte que os levasse às cidades do DF para as audiências públicas.

Momentos únicos, excepcionais e ricos

Quando foi eleito para seu primeiro mandato, aos 34 anos, o deputado Benício Tavares (PTB), embora imbuído das alegrias e ideais de participar do legislativo brasileiro, nunca imaginou que teria o privilégio de participar de dois momentos excepcionais da história da Casa: presidir a sessão de promulgação da Lei Orgânica e encabeçar as comemorações de seu décimo aniversário.

Negociador hábil, Benício saiu vitorioso na disputa pela presidência da Câmara nos dois anos seguintes à gestão do deputado Salviano Guimarães. Coube-lhe, nessa condição, acompanhar a finalização

da Lei Orgânica e, em histórico papel, reunir mais de 500 convidados no Memorial JK para que assistissem à sessão solene de promulgação da carta política que consagraria a emancipação do Distrito Federal.

Benício recorda-se, não sem um forte sentimento de orgulho, daquela memorável sessão em que lhe coube fazer a leitura da mensagem encaminhada pelo presidente da República, Itamar Franco, assegurando o compromisso da União de garantir a manutenção do complexo administrativo do DF, consoante as determinações constitucionais. Itamar, vale a lembrança, foi um dos defensores da autonomia política do DF, autor que foi de emenda constitucional, em 1979, que propunha a representação política de Brasília no Congresso Nacional.

O deputado avaliou, então, que parte do trabalho estava feito, mas outro se iniciava a partir daquele instante: difundir o conteúdo da Lei Orgânica entre a população, para que esta tomasse conhecimento dos direitos que lhe foram assegurados,



 *Mantivemos o máximo de isenção para que a Lei Orgânica beneficiasse a totalidade da população do DF.* 

José Ornellas

ao lado, naturalmente, dos parâmetros estabelecidos para seu exercício. Outra frente que se abria, a partir daquele momento, de responsabilidade dos deputados, era a regulamentação dos artigos não-aplicáveis, para garantir a exequibilidade da lei.

Experiência sem igual

O ex-deputado José Ornellas, que foi o presidente da Comissão da Ordem Econômico-Financeira, de Orçamento e Tributos e do alto de sua experiência como governador de Brasília no período de agosto de 1982 a março de 1985, lembra que, em muitas ocasiões, o trabalho avançava pela madrugada, para cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos.

Hoje, passados dez anos daquele inolvidável momento, o deputado reconhece que, embora tenha vivido diversas experiências profissionais ao longo de uma vida particularmente produtiva, ter participado ativamente da elaboração da Carta Política do DF enriqueceu ainda mais o seu currículo. Ele se recorda de que houve, por parte da comissão que presidiu, a preocupação de manter o máximo de isenção, a fim de que a Lei Orgânica não beneficiasse grupos específicos, mas a totalidade da sociedade.

Ornellas reconhece que, a despeito desse empenho, houve momentos

Agnelo Queiroz - PC do B

Aroldo Satake - PPB

Benício Tavares - PTB

Carlos Alberto - PPS

Cláudio Monteiro - PDT

Edimar Pireneus - PMDB

Eurípedes Camargo - PT

Fernando Naves - PPB

Geraldo Magela - PT

Gilson Araújo - PPB

Jorge Cauhy - PMDB

José Edmar - PMDB

José Ornellas - PL

Lúcia Carvalho - PT

Manoel de Andrade-PMDB

Maria de Lourdes Abadia- PSDB

Maurílio Silva - PTR

Padre Jonas - PSD

Pedro Celso - PT

Peniel Pacheco - PSDB

Rose Mary Miranda-PMDB

Salviano Guimarães-PSDB

Tadeu Roriz - PPB

Wasny de Roure - PT

DEPUTADOS DISTRITAIS

Primeira Legislatura

(1991-1994)

em que a negociação se impôs, como legítimo instrumento democrático. Mas, observando os limites estabelecidos e os efeitos que a Lei exerce hoje sobre a cidade, ele considera que a Lei Orgânica representou um grande avanço, especialmente em relação às décadas em que o Senado Federal legislava para o Distrito Federal.

Precaução com o futuro

O também ex-deputado Carlos Alberto, que compartilhou com Ornellas, na condição de relator, o trabalho na Comissão Econômico-Financeira, Orçamento e Tributos, presidiu o Comitê pelo Voto, entidade pró-emancipação política do Distrito Federal, que se reunia na Associação Comercial do DF. Em 1980, a reunião contou com as presenças de Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Leonel Brizola e até mesmo de Luís Inácio Lula da Silva, endossando a legitimidade do pleito dos brasilienses.

Carlos Alberto, que deixara as lides acadêmicas para o exercício de seu primeiro mandato como deputado distrital, lembra com alegria o entusiasmo de todos que, reunidos na sede improvisada da Câmara, com escassos recursos materiais e humanos, preparavam-se para viabilizar o Poder Legislativo.

Ele, que era professor de Administração da Universidade de Brasília desde 1975, ajudou a definir o primeiro projeto de cargos e salários da Casa; só então começou-se a delinear os contornos da Lei Orgânica. Como relator da comissão, imprimiu ao capítulo o conceito de desenvolvimento sustentado, por entender que os recursos naturais são escassos e é preciso não esquecer as gerações futuras. Como ponto de partida do desafio, Carlos Alberto estudou todas as constituições estaduais e, segundo se recorda, algumas foram inspiradoras, como a de Minas Gerais e a do Rio Grande do Sul.



Presidir o novo

O primeiro presidente da Câmara Legislativa, deputado Salviano Guimarães, orgulha-se de sua participação nos trabalhos da Lei Orgânica. “Hoje, todo cidadão encontra definições muito importantes na Lei. Ela é o nosso *contrato social*. Define as relações entre os cidadãos, entre os cidadãos e o Estado e estabelece os deveres deste para com a população do DF”, disse ele.

Apesar de não ter integrado nenhuma das comissões que elaborou a Lei, pois o Regimento Interno não permitia a participação do presidente da Casa nessas instâncias, Salviano Guimarães apresentou algumas emendas e participou dos debates em plenário. “Chegamos a um consenso possível”, relembra, ao falar das pressões, “que eram inúmeras e vinham de todas as partes”.

Salviano observa ter sido procurado, entre outros, pelo arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, que se mostrou muito preocupado com questões como o

divórcio. “Naquela ocasião, eu respondi que a Lei Orgânica não podia contrariar a Constituição Federal. As questões lá estabelecidas teriam de ser seguidas pelos estados”, contou. Na sua avaliação, a falta de conhecimento sobre os limites da Lei Orgânica gerava esse tipo de comportamento de representantes de vários setores.

Salviano Guimarães lembra que havia também um acúmulo muito grande de trabalho. As reuniões para elaborar a Lei Orgânica aconteciam em um turno, enquanto no outro eram realizadas as sessões e demais atividades legislativas. Havia ainda os problemas com a falta de funcionários. “Não tínhamos feito o concurso para a contratação de servidores e foi preciso um contrato especial para que houvesse pessoal capacitado durante a elaboração da Lei Orgânica”, disse.

O prazo inicial para o trabalho era de um ano, mas somente após dois anos a Lei foi concluída. “Houve muito atraso, mas acho que foi melhor assim, pois não houve precipitação. E as modificações feitas ao longo destes últimos anos têm aperfeiçoado a Lei”, analisa Guimarães.



Emendas aprovadas aperfeiçoam a Lei Orgânica

Desde a promulgação da Lei Orgânica há dez anos, a Câmara Legislativa já aprovou 40 projetos de emenda a essa Carta. As propostas apresentadas pelos deputados distritais nas três legislaturas passadas tiveram como objetivo principal aperfeiçoar o processo legislativo, dar maior eficácia às ações do governo local e garantir avanços sociais para a população do Distrito Federal.

As mudanças proporcionadas pelos projetos aprovados foram defendidas e criadas por parlamentares dos mais variados partidos. Em virtude da relevância da Lei Orgânica para o DF, os parlamentares têm demonstrado muita preocupação antes de apresentar qualquer proposta que venha modificar o que já foi amplamente debatido pela Casa.

Os distritais incluíram na Lei, por exemplo, a obrigatoriedade de autoridades e agentes públicos, como governador, vice-governador, administradores regionais, conselheiros do TCDF e, inclusive, eles próprios, apresentarem

anualmente suas declarações de bens. Essa emenda foi promulgada e publicada no Diário Oficial do DF, em março de 1996.

Outra alteração aprovada pela Câmara, que proporcionou também maior controle sobre a moralidade dos gastos públicos, foi a Emenda à Lei Orgânica nº 2, de 16 de maio de 1995, que proíbe “a destinação de recursos públicos do Distrito Federal para auxílio, subvenções, juros e prazos privilegiados a instituições privadas com fins lucrativos”.

Em 1996, a Câmara Legislativa aprovou a Emenda nº 6, acrescentando um dispositivo que torna dever do Distrito Federal “assegurar, por parte do poder público, a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica das vítimas e testemunhas de infrações



penais e de seus respectivos familiares". Nesse mesmo ano, os deputados incluíram na Lei Orgânica a educação artística como disciplina curricular obrigatória a ser ministrada pela rede oficial de ensino, em todos os níveis.

Em 1997, a Emenda nº 7, incorporada à Lei em junho, representou uma conquista importante na luta pela ampliação dos direitos humanos e cidadania. Foi dada uma nova redação ao artigo 1º do Capítulo X, que incluiu os negros nas cláusulas de proteção e apoio às minorias, expressas pela Lei Orgânica.

Como medida prática, a mudança determinou que fossem criadas também delegacias especiais de atendimento aos negros, vítimas de discriminação, assim como já fora previsto para as mulheres vítimas de

violência. E ainda incorporou à Lei, como dever do Poder Público, a criação e execução de programas que visassem à coibição da violência e à discriminação sexual, racial (expressão que foi incluída), social ou econômica.

Também em 97, os deputados incluíram na Lei Orgânica a obrigatoriedade de o Estado fornecer a primeira via da cédula de identidade. Foi nesse ano que os deputados distritais aprovaram também a Emenda nº 18, que obrigou as empresas prestadoras de serviços de assistência médica, administradoras de planos de saúde e congêneres a ressarcirem ao DF as despesas de atendimentos dos seus segurados em unidades de saúde pertencentes ao Poder Público do DF.

As mais importantes autoridades do Distrito Federal prestigiaram a promulgação da Lei Orgânica. Passados dez anos desde a sua promulgação, a carta política já recebeu 40 emendas que aperfeiçoaram o seu conteúdo.



Juscelino Kubitschek

Br

“Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável.”

José Bonifácio
em 1821



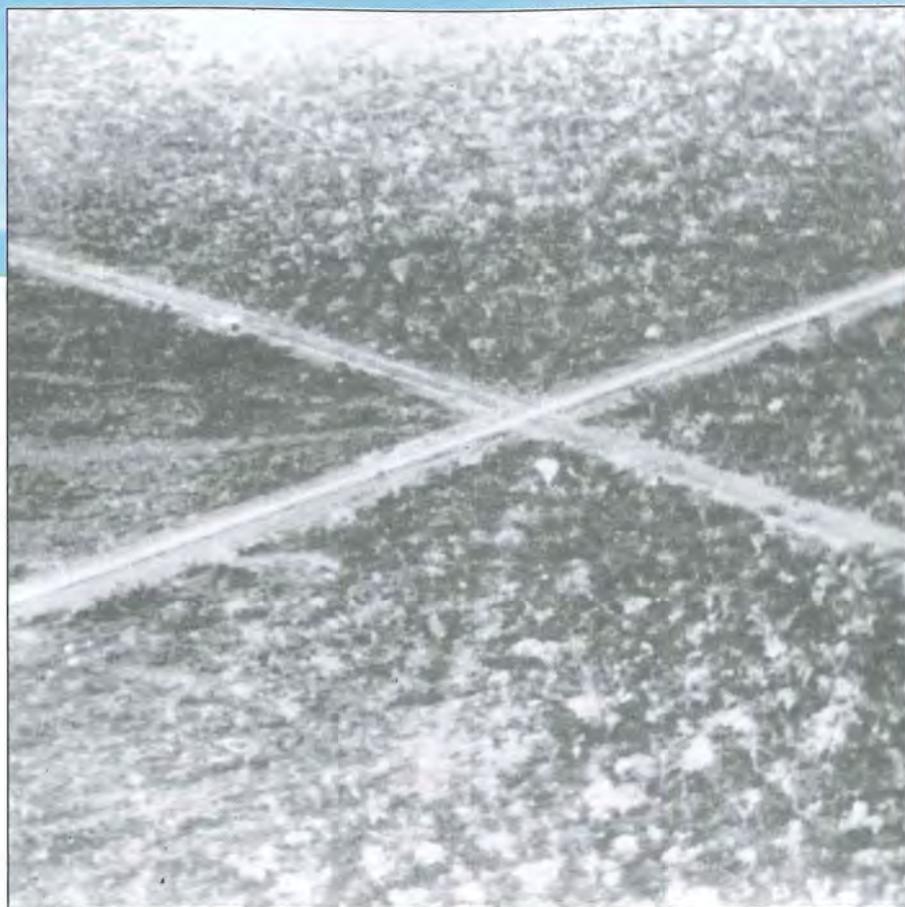
Por que construí a Brasília

Como uma Nação poderia progredir, sujeita a essas limitações?

Brasília, entretanto, foi construída, e o país, como por encanto, no curtíssimo período de apenas três anos e 10 meses, tornou-se uno. Inteiro. Homogêneo. Enfim, uma autêntica unidade socioeconômica, em condições de realizar - quando muito numa década - seu destino de uma das grandes nações do mundo.

No entanto, há fatos, ou melhor, imagens que devem ser recompostas para que se possa compreender, em sua plenitude, a revolução que representou, para o futuro do Brasil, a construção de Brasília. Quem vai ao Planalto Central - a 1.100 metros de altitude - extasia-se, muito antes de chegar à nova capital, com o cenário que se lhe abre aos olhos. Além da paisagem, que é típica do que se denomina chapadão, vê abrir-se, às suas pupilas, o esplendor da urbe majestosa. O trajeto do aeroporto à Praça dos Três Poderes - que é o centro cívico da capital - constitui uma sucessão de surpresas.

Bem em frente ao Palácio do Planalto, ergue-se o Museu da cidade - um estranho monumento de forma retangular, em cujas paredes lêem-se diversas frases, referentes à construção da nova capital. O que chama a atenção naquele conjunto arquitetônico, além da sua bizarra conformação, é um alto relevo, em granito, reproduzindo uma fisionomia humana. Ao lado, está esculpida



Traçado do ponto zero de Brasília, onde tudo começou

a seguinte frase: "A Juscelino Kubitschek de Oliveira, que desbravou o sertão e ergueu Brasília, com audácia, energia e confiança, a homenagem dos pioneiros que o ajudaram na realização da grande aventura."

A frase, refletindo a gratidão dos milhares de candangos que cooperaram comigo na gigantesca tarefa, não deixou de me sensibilizar. Contudo, nela fala-se em "aventura", o que poderá dar a impressão de que a transferência da sede do governo constituiu uma empreza temerária. Uma espécie de jogo, no qual tudo foi arrisca-

do sem se saber, na realidade, o que aconteceria no final. Mas a expressão "aventura", a que recorreram meus amigos, foi utilizada num sentido bem diferente. Para eles, a tarefa que havíamos realizado era de tal grandiosidade que só existia uma palavra para defini-la: aventura.

A verdade é que, se houve tarefa meticulosamente planejada, esta foi justamente a construção de Brasília. O exíguo prazo de execução da obra - motivo de acérrimos ataques da Oposição - foi imposto pela antiga tradição administrativa de que nenhum go-

“A verdade é que, se houve tarefa meticulosamente planejada, esta foi justamente a construção de Brasília.”

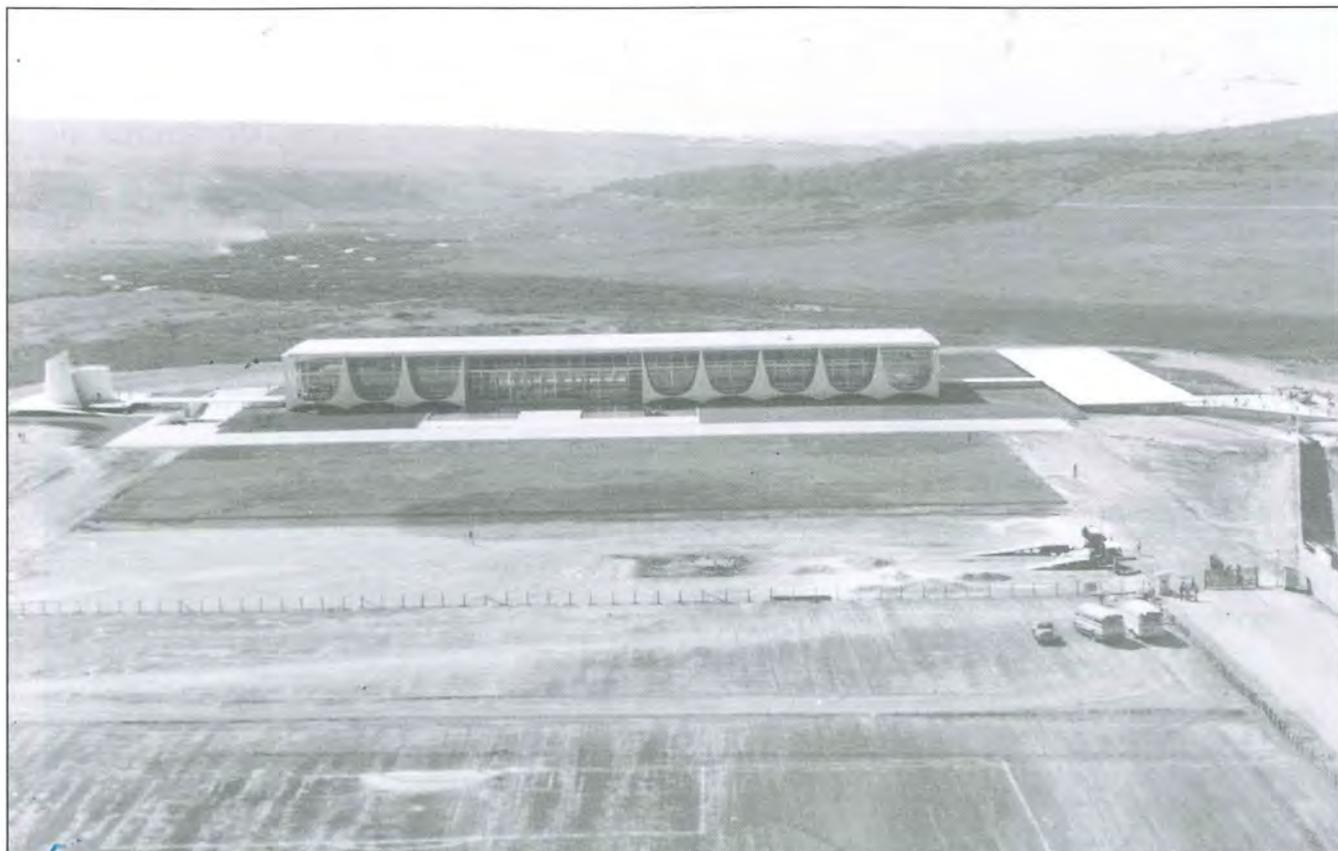
verno, no Brasil, jamais deu prosseguimento a qualquer obra iniciada pelo que o antecedeu. Daí a pressa, a determinação de concluí-la, ou melhor, não só inaugurando-a durante o último ano do meu governo, mas providenciando,

***O Palácio da Alvorada
é erguido quando
o Lago Paranoá
ainda não existia***

igualmente, a mudança dos servidores públicos, de forma que a transferência da faixa presidencial ao meu sucessor nela tivesse lugar.

Não houve, pois, qualquer feição de aventura na tarefa. Aventura houve, e com graves implicações, na mudança de muitas capitais, registradas na história. No antigo Egito, temos Menfis, Tebas e Alexandria. Na China, o trono andou de norte a sul, ao sabor

dos reveses dinásticos. A partir do século XII, assistimos no Japão à situação curiosa de um dualismo estatal corresponder à duplicidade de capitais: em face de Quioto, residência tradicional do Mikado, erguem-se Kamakura e, mais tarde, Yedo, centros administrativos e focos do poder militar do Shogun, o ditador militar. Houve, também, no velho Egito, a cidade-fantasma



“ Os objetivos da construção da nova capital são unidade, eficiência administrativa, descentralização e desenvolvimento social e econômico do interior. ”

de Akhetaton, residência do faraó herege Akhenaton, que a ergueu para opô-la à velha capital, onde pontificava o clero reacionário do deus Amon. Seguiram-se os exemplos clássicos de construção de cidades artificiais: Constantinopla, Pequim, Madri, São

Petersburgo, Washington, Ottawa, Pretória, Ankara, Canberra e Nova Déli, para só falar das iniciativas de maior expressão.

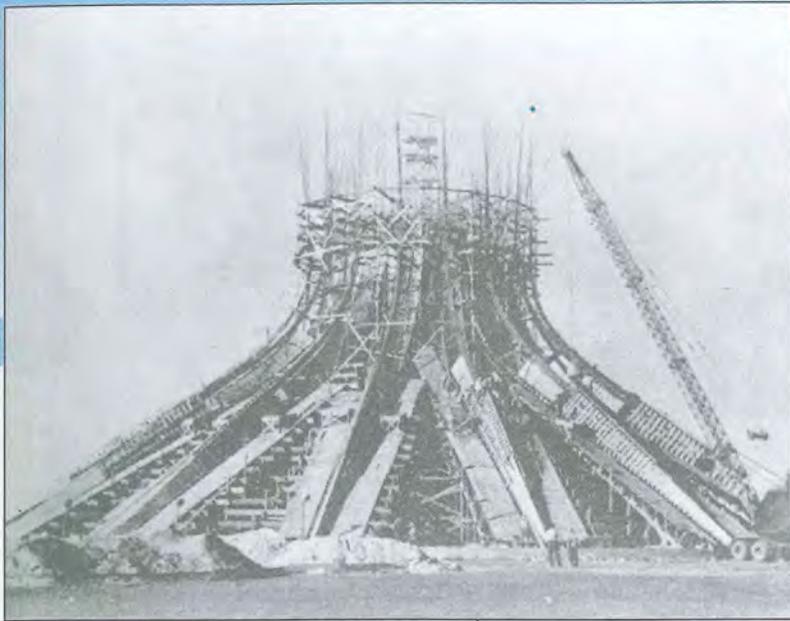
Em todos esses casos militaram, criando a motivação para a transferência ou para a

mudança, razões de natureza diversa, mas predominando, na maioria dos exemplos, ora motivos pessoais - relativos a hegemonias dinásticas - ora imposições geopolíticas ou socioeconômicas. Em relação a Brasília, fizeram-se sentir outros fatores, como muito bem acentuou o Embaixador J. O. de Meira Pena, no seu livro *Quando mudam as capitais*, publicado dois anos antes da inauguração de Brasília, o que não o impediu de fazer uma análise, com todas as implicações, do que iria significar, de



No começo da construção, o centro do poder desponta no cerrado. Depois de pronto, a beleza exuberante





*A Catedral de Brasília
em fase de construção e
depois já concluída*

fato, para o nosso futuro, a interiorização do governo. Esse ilustre diplomata revelou, em bases realistas, a motivação da ciclópica tarefa: "Em primeiro plano, o que se deseja é que o governo brasileiro abandone o litoral, essa luxuosa vitrina, útil apenas para atrair a atenção ou iludir o exame do europeu e do americano. Em segundo lugar, para que os cuidados de um Estado mais realista, modesto, menos pedantemente socialista, se dirijam ao sertão, às grandes florestas, aos campos gerais, aos rios caudalosos, às riquezas potenciais enormes e ao sertanejo – magro e forte, homem esquecido do interior – é necessário desviar o centro de gravidade do país, estabelecê-lo no coração dos dilatados territórios do Brasil,



a fim de poder contemplar, ao alcance de todas as classes e de todas as regiões, o panorama social inteiro. Assim, os objetivos da construção da nova capital são unidade, eficiência administrativa, descentralização, aproximação das fronteiras continentais, desenvolvimento econômico e social do interior e explora-

ção das vastas, desertas e férteis áreas de Goiás e Mato Grosso, onde amadurece o futuro da nacionalidade. Dir-se-á que a função de uma capital não é ser pioneira. Por que não? No caso brasileiro, em que o Estado intervém ou pretende intervir em tudo, deixai-o, pelo menos uma vez derradeira, intervir num aspecto es-



*JK, técnicos
e engenheiros analisam
croqui da capital*

sencial da vida nacional, deixai-o provocar aquilo que o povo tem hesitado em fazer espontaneamente – pioneirismo!”

A definição, acima transcrita, é perfeitamente válida. Nela se inclui quase a totalidade dos motivos que me levaram a construir Brasília, não se esque-

*Nome
do Eixo Monumental
em 1957*



Manuel Mendes, Aaron, Gadelha e Ranilson.

cendo mesmo de acrescentar, às razões expostas, dois aspectos da questão, que sempre considerei de relevância: a) a necessidade que tinha o país de sentir suas fronteiras com o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia e a Venezuela; e b) o objetivo prioritário, justificativo da construção da nova cidade: a integração nacional.

A idéia, como ressaltei, era velha, de 166 anos. Nos Autos da Devassa, referentes à Inconfidência Mineira, há numerosos depoimentos, revelando que a interiorização da capital constituía uma das preocupações dos conjurados. A sugestão que faziam era, porém, de caráter modesto: transferência do Rio de Janeiro para a cidade mineira de São João del Rei, tão próxima do litoral que a pro-

DF

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ENCARTE DA DF LETRAS

CÂMARA LEGISLATIVA

Ano III nº 11

PROMULGADA HÁ DEZ ANOS, A LEI ORGÂNICA VEM SE CONSOLIDANDO A CADA DIA NO DISTRITO FEDERAL, GARANTINDO O CUMPRIMENTO DOS DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS DENTRO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E PLURALISTA. DESDE 2 DE AGOSTO DE 1991, QUANDO FORAM INSTALADOS OS TRABALHOS DE PROMULGAÇÃO DA NOSSA CARTA POLÍTICA, OS DEPUTADOS DISTRITAIS BUSCAM O APERFEIÇOAMENTO DA SUA ORDENAÇÃO JURÍDICA.

A PARTIR DE SUA CRIAÇÃO, A LEI ORGÂNICA JÁ FOI ALTERADA PELA CÂMARA LEGISLATIVA POR 40 PROJETOS DE EMENDA. AS PROPOSTAS, APROVADAS COM PELO MENOS DOIS TERÇOS DOS PARLAMENTARES, GARANTIRAM MAIS EFICÁCIA À “L.O.”, COMO É POPULARMENTE CONHECIDA. MAIS DO QUE UMA SIMPLES CONSTITUIÇÃO LOCAL, ELA É UM PODEROSO INSTRUMENTO PARA NORTEAR AS AÇÕES POLÍTICAS, ÉTICAS E RESPONSÁVEIS, ALCANÇANDO TANTO O MAIS HUMILDE MORADOR QUANTO OS MAIS ILUSTRES GOVERNANTES.

O DISTRITO FEDERAL DEVE ORGULHAR-SE DE TER UMA LEI ORGÂNICA MODERNA, ABRANGENTE E REPRESENTATIVA DOS LEGÍTIMOS INTERESSES DO SEU POVO.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Lei Orgânica do Distrito Federal

2ª Edição, atualizada e revisada
2000

Anilcéia Machado

(PSDB)

O DF conquistou sua autonomia política com a Constituição de 1988. Nossa independência, contudo, só chegou mesmo



com a Lei Orgânica. Deixamos de ser apenas a capital da República para ser uma cidade com vida e problemas próprios. Somos 24 deputados distritais, mais oito deputados federais e três senadores, aprovando leis e trabalhando para tornar nossa cidade mais digna. Tenho lutado pela geração de mais empregos e pela segurança, duas grandes necessidades da nossa cidade.

Augusto Carvalho

(PPS)

O DF tem a Lei Orgânica como sua lei maior. A LODF completa 10 anos e deveria ser mais respeitada, porque estabelece normas que procuram preservar



Brasília como patrimônio da humanidade. Nesse período, no entanto, a LODF foi desrespeitada de forma sistemática e emendada de maneira casuística, sobretudo no que tange à mudança de destinação e à desafetação de áreas. Se o desejo for o de preservar o DF, a legislatura atual e as futuras precisarão lutar e não permitir que a Lei Orgânica seja desvirtuada.

Brunelli

(PP)

A Lei Orgânica, que comemora dez anos, é um documento fundamental para a cidadania de todos nós, brasilienses.



Nesse diploma legal estão as normas que norteiam a defesa da cidadania e da democracia. Passada uma década de sua promulgação, alguns dispositivos já merecem uma reflexão, uma eventual reformulação. É fundamental a convivência harmônica entre os poderes, mas as recentes mudanças na carta reduziram a competência dos parlamentares de legislarem sobre questões relevantes, como, por exemplo, sobre assuntos fundiários.

Chico Floresta

(PT)

A Lei Orgânica é a Constituição do Distrito Federal. Promulgada em 1993, já recebeu 40 emendas, em função da evo-



lução política e das necessidades locais. A última delas tratou do pacote fundiário e teve minha efetiva participação. Representa instrumento jurídico importantíssimo para a sociedade brasiliense, porque trata das relações do poder público e da população. A sua observância, contudo, tem sido frequentemente desvirtuada, o que nos obriga a recorrer ao Judiciário, na defesa dos superiores interesses da maioria da sociedade e da guarda de seus direitos.

Arlête Sampaio

(PT)

Os 10 anos da Lei Orgânica simbolizam o longo processo de luta para a conquista da autonomia política do DF, da



qual o PT foi agente atuante. A dinâmica de cidade-estado faz com que a LODF passe por alterações continuadas, que precisam ser cada vez mais discutidas com a população. A ampliação da participação popular, tanto na produção legislativa como nos mecanismos de controle e fiscalização dos poderes, deve ser perseguida como uma meta a se comemorar ao final da segunda década da LODF.

Benício Tavares

(PTB)

A emancipação política do DF, garantida pela Constituição de 88, se consolidou com a instalação da Câmara Legisla-



tiva, mas somente se tornou plena com a promulgação da Lei Orgânica, há 10 anos, no Memorial JK. Documento de vanguarda, de valorização da cidadania, a Carta Política do DF consagrou direitos novos a setores da sociedade que ainda não haviam sido contemplados, como os portadores de deficiência, e priorizou questões fundamentais como a proteção ao meio ambiente. Em 10 anos, a LODF recebeu muitas emendas, mas continua perfeita em sua essência.

Carlos Xavier

(PTB)

A Lei Orgânica do Distrito Federal deveria ocupar um espaço maior na mídia, para que os cidadãos brasilienses me-



lhor conhecessem seus direitos e deveres, nela expressos. São valores que sequer precisariam estar tão explícitos, já que um homem de caráter eleito pelo povo teria naturalmente como meta efetivar itens como a preservação da autonomia do DF; a plena cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, entre outros.

Chico Leite

(PCdoB)

A Lei Orgânica do DF assegurou, pela primeira vez, uma Constituição própria para a capital do País. Inspirando-se



na Constituição Cidadã de 1988, trouxe avanços significativos para a garantia dos direitos da cidadania e das minorias. Estabeleceu a relação entre os poderes, assegurando ao Legislativo, mecanismos de fiscalização do Executivo. É um grande instrumento contra as agressões ao patrimônio, ao meio ambiente e ao erário do DF. Cabe aos parlamentares e à sociedade civil a união de esforços para assegurar o cumprimento da LODF sem ressalvas.

Chico Vigilante

(PT)

Por se tratar da Constituição do Distrito Federal, a importância da Lei Orgânica é inquestionável; mas, durante dez anos, ela sofreu com o desrespeito do poder público. Tanto o Executivo quanto a Câmara Legislativa deram prova de que legislaram muitas vezes em desacordo com a Lei Orgânica, o que significou prejuízo à população brasiliense. Quando foi elaborada, a Lei Orgânica demonstrou ser uma carta de princípios avançados no que se refere, por exemplo, à proteção ao meio ambiente e ao uso da terra. Mas, na prática, esses artigos nunca foram cumpridos.

**Érika Kokay**

(PT)

A Lei Orgânica é uma conquista da população, pois garante amplos direitos aos cidadãos, especialmente à criança e ao adolescente, proteção ao meio ambiente, promoção à saúde, gestão democrática nas escolas, participação nos conselhos populares e na gestão das empresas públicas, entre outros avanços. O último governo acabou com várias dessas conquistas. Impõe-se, pois, nesta legislatura, o resgate do papel da Câmara, para fortalecer as comissões temáticas e a participação popular. Assim, contribuiremos para fazer valer a Lei Orgânica e todos os seus avanços.

**Fábio Barcellos**

(PL)

A trajetória da implantação da autonomia política no DF teve diversas etapas. Começou com a mobilização da sociedade até culminar, em 1986, com a eleição de senadores e deputados federais. Só em 1990 atingimos nossa plenitude democrática, com a Câmara Legislativa e a eleição do governador e dos deputados distritais. E no dia 8 de junho de 1993, a Lei Orgânica foi promulgada, realizando, em sua plenitude, a consolidação da nossa autonomia e tornando cada vez mais cidadãos os habitantes do Distrito Federal.

**Izalci Lucas**

(PFL)

A Lei Orgânica representa o remate do processo de afirmação política de Brasília, por sintetizar, em seu texto, a conquista de nossa maioria política. É preciso lembrar que a mudança da capital para o Planalto Central criou uma unidade federativa atípica, mesmo para os padrões da época, pois o Rio de Janeiro, então capital da República, possuía expressão política. Brasília nasceu cassada, mas lutou por sua cidadania plena, que se completou com a promulgação da Lei Orgânica do DF, a constituição brasiliense.

**Eliana Pedrosa**

(Sem partido)

A primeira Lei Orgânica do DF foi a Lei nº 3.651/60, que criava para o Distrito Federal uma Câmara de Vereadores, a ser eleita em 3 de outubro de 1962, e mantinha a eleição de governador como prerrogativa do presidente da República. A renúncia de Jânio Quadros interrompeu o processo e a LODF, que assegurou a maioria política do DF, só foi promulgada em 8 de julho de 1993, estabelecendo as bases de uma sociedade democrática. Brasília, assim, tornou plena a sua realização como unidade política da Federação.

**Eurides Brito**

(PMDB)

A promulgação da Lei Orgânica - a nossa Carta Magna - teve, para mim, a mesma importância da conquista de nossa autonomia política, iniciada na década de 80 e da qual tive o privilégio e a honra de participar. Foi o complemento necessário para que Brasília pudesse dar passos seguros na direção do progresso e do bem-estar de sua população. Claro que, hoje, dez anos passados, algumas adaptações são necessárias em nossa Lei Orgânica. É um processo natural, que vem sendo implementado com a participação fundamental da Câmara Legislativa.

**Gim Argello**

(PMDB)

É com orgulho que comemoro, junto aos deputados que compõem a Câmara Legislativa, os dez anos da Lei Orgânica, fruto da luta de políticos e lideranças comunitárias pela democracia e emancipação de nossa terra. A Lei Orgânica garante o pleno exercício da autonomia política, administrativa e financeira do Distrito Federal, trazendo cidadania aos seus mais de dois milhões de habitantes. Seu texto garante ao povo o poder de nortear o destino político de nossa cidade, por meio de representantes legitimamente eleitos.

**João de Deus**

(PP)

Tancredo Neves se referia a Brasília como cidade cassada, pois sua população não votava. Em 1986, houve eleições para deputado federal e senador. Entre os eleitos estavam Maria de Lourdes Abadia, Valmir Campelo e Maurício Correia. Em 1990, com o governador Joaquim Roriz, são eleitos os 24 deputados distritais, atores que, como "legítimos representantes do povo do Distrito Federal, investidos de Poder Constituinte, respeitando os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgamos a presente Lei Orgânica...". Assim, o DF conquista sua autonomia política.



Jorge Cauhy

(PFL)

"*Historia Magistra Gentium*". A história é a mestra dos povos. É com extrema alegria que comemoramos os



dez anos da promulgação da Lei Orgânica, em cuja elaboração tive participação ativa. Após meses de árduo trabalho, deixamos perpetuado o legado que rege parcela expressiva de nossa Nação; e orgulho-me também, como cidadão, de viver em uma sociedade próspera e de futuro. Parabéns a todos os que se empenharam nessa conquista tão expressiva. Hoje, posso afirmar que demos nossa contribuição, fizemos História.

Leonardo Prudente

(PMDB)

A Lei Orgânica é um marco da democracia e da cidadania. Foram 33 anos convivendo com uma legislação produzida



pelo Senado Federal, e por decretos expedidos pelos governantes da cidade. A Lei Orgânica nos permitiu ter nossos próprios legisladores, sempre atentos às aspirações irradiadas das ruas e do campo para a Câmara Legislativa. Hoje, com nossos legítimos representantes e nossas próprias leis, organizamos o exercício dos poderes do DF, fortalecemos as instituições e a cidadania do povo de nossa Capital.

Paulo Tadeu

(PT)

A Lei Orgânica chega aos dez anos sem muito o que comemorar. Fruto da independência política conquistada na



Constituição de 1988, a LODF está longe de atingir seus objetivos. Nesses últimos anos, ela foi constantemente desrespeitada. Boa parte de seus dispositivos continua sem regulamentação. Uma comparação com a Constituição mostra sua desatualização. Devemos repensar a Lei Orgânica para que ela seja instrumento de melhoria das condições de vida da população do Distrito Federal.

Peniel Pacheco

(PSB)

Não consigo imaginar a Capital da República sem leis próprias. Portanto, temos muitos motivos para comemorar essa data:



uma conquista do cidadão brasileiro. Como relator do capítulo *Da Organização dos Poderes e do Distrito Federal* e da *Lei Orgânica*, sei o quanto é importante para o DF ter constituído o Legislativo local. Alguns ainda teimam em criticar a existência dessa Casa, mas quero lembrar que antes dela havia o Cauma, órgão que decidia sobre o parcelamento das terras públicas sem o menor critério. Por isso, estou certo de que é mais caro não ter a Câmara.

José Edmar

(PMDB)

Orgulho-me de ter participado da elaboração da Lei Orgânica e, em especial, da Comissão da Terra, que cuidou dos temas



da política agrícola e rural, recursos hídricos, meio ambiente e política urbana. A Lei Orgânica foi o coroamento da luta pela autonomia política e administrativa e, também, um divisor de atribuições da União e do DF. Dentre as várias emendas que apresentei, gostaria de ressaltar a da "preservação da vida desde a concepção", que mobilizou a comunidade católica e gerou muita discussão, devido à heterogeneidade do plenário.

Odilon Aires

(PMDB)

Quando iniciamos a luta pela representação política no DF, em pleno regime de exceção, éramos chamados de visionários e



poucos acreditavam que a autonomia se concretizasse. O ideal começou a se realizar em novembro de 1985, com as eleições para deputado federal e senador. A consolidação ocorreu com a Constituição Cidadã, a criação da Câmara Legislativa e a eleição para governador. Mas foi com a promulgação da Lei Orgânica, em 1993, que alcançamos a verdadeira expressão da cidadania.

Pedro Passos

(PTB)

O Legislativo local fortaleceu a democracia quando promulgou sua própria Lei Orgânica, em 8 de junho de 1993. Dez



anos se passaram e vemos hoje que as leis, além de orientar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, serviram para organizar a conduta e os direitos das pessoas que vivem na capital da República. A compreensão e a aplicabilidade de tal norma não é uma tarefa fácil. Mas o compromisso firmado com o povo do Distrito Federal faz de nós, parlamentares eleitos pela vontade popular, guardiões dessas regras.

Rôney Nemer

(PTB)

Lá se vão dez anos desde que a Lei Orgânica do Distrito Federal foi promulgada. A legislação é um



patrimônio público, criado para garantir cidadania às pessoas de qualquer idade, sexo, raça, religião ou condição social. As leis nascem e são estabelecidas para promover direito e justiça para todos, em igualdade de condições. A Lei Orgânica do DF não deve ser diferente. Como unidade da Federação, o DF tem na sua Lei Orgânica os instrumentos para organizar o exercício do poder, fortalecer as instituições democráticas e os direitos da pessoa humana.

vidência, só naquela época, poderia ser considerada uma mudança. Apesar da feição restritiva da sugestão, a idéia não morrera. Há uma referência a ela – e desta vez vinha do exterior – guardada nos arquivos do Foreign

Office, em Londres. Trata-se de uma carta de Lord Strangford, embaixador inglês, a George Canning, primeiro-ministro do Reino Unido, datada de 24 de julho de 1808. Mais tarde, também o almirante inglês Sidney Smith fazia idêntica sugestão ao então príncipe regente, que seria o Rei D. João VI. Em 1813, o jornalista Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*, jornal editado em Londres, defendia e justificava a transferência da capital para o interior, “junto às cabeceiras do rio São Francisco”.

Em 1821 – o Brasil achando-se às vésperas de se tornar independente – José Bonifácio doutrinava, nas suas Instruções do Governo Provisório de São



*Juscelino
amava o cerrado
do Planalto Central*

Paulo aos Deputados às Cortes de Lisboa: “Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável.” A sugestão, embora avançada para a época, não caíra em terreno sáfaro. No dia 15 de junho de 1822, a Comissão de Deputados Brasileiros encarregada da redação dos artigos adicionais à Constituição Portuguesa, referentes ao Brasil, recomenda-

va: “O Congresso Brasileiro ajuntar-se-á na capital, onde ora reside o Regente do Reino do Brasil, enquanto se não funda no centro daquele uma nova capital.”

Nesse tempo, o Brasil ainda era dependente de Portugal. As sugestões, referentes à construção de uma nova capital, ficaram registradas apenas como um alvitre. Mesmo depois de fundado o Império, a idéia, embora muito discutida, nunca saíra do papel. Em 1823, José Bonifácio reafirmara a necessidade dessa providência, em sessão da Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, através de uma Memória, sugerindo para a nova capital o nome de Brasília.

Juscelino Kubitschek



JK

o condutor de sonhos

DAISE LISBOA

O maior brasileiro do século XX, Juscelino Kubitschek, tinha muitos planos para si e para o Brasil. Como médico despertou a atenção do povo por sua solidariedade, dedicação e eficiência, sendo este seu passaporte para a política.

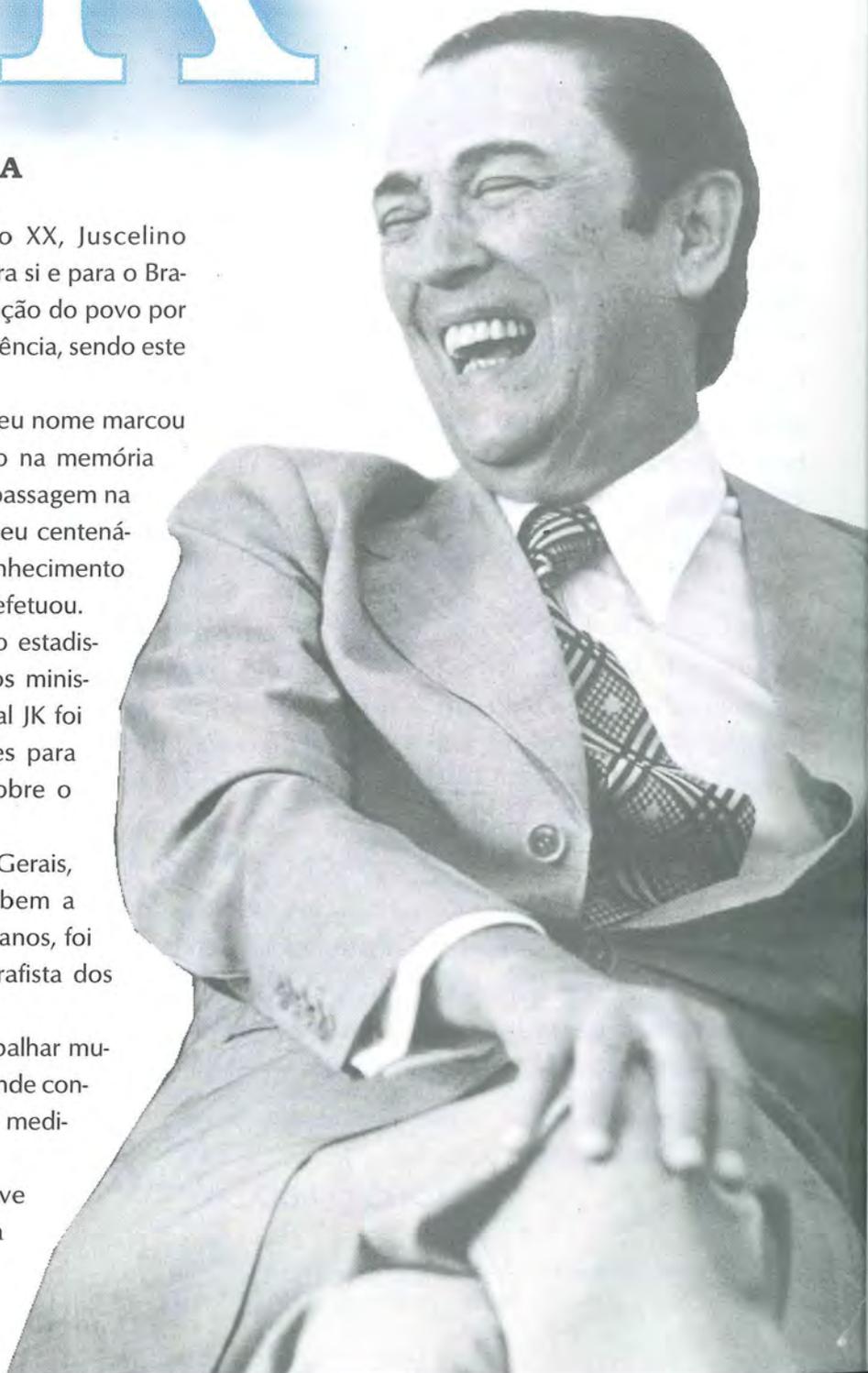
JK ou seu Nonô, não importa. Seu nome marcou a história do país e está registrado na memória daqueles que acompanharam sua passagem na vida pública. Por isso, no ano do seu centenário não faltam homenagens e reconhecimento pelo grande trabalho político que efetuou.

Em Brasília, pôsteres e frases do estadista foram exibidos nas fachadas dos ministérios. A programação do Memorial JK foi incrementada com mais atividades para mostrar ao público muito mais sobre o grande estadista.

Natural de Diamantina, Minas Gerais, Juscelino Kubitschek aproveitou bem a infância, mas muito jovem, aos 17 anos, foi aprovado no concurso para telegrafista dos Correios e Telégrafos.

Falava inglês e francês. Para trabalhar mudou-se para Belo Horizonte (MG), onde continuou os estudos e se formou em medicina.

Sua trajetória como médico teve início na enfermaria da Santa Casa



de Misericórdia de Belo Horizonte. Em 1930, se especializou em urologia, na Europa. No retorno ao Brasil, abriu um consultório particular e assumiu o serviço gratuito na Santa Casa.

Como médico da Imprensa Oficial, trabalhou para os pobres e era muito requisitado, graças ao seu temperamento sensível.

Em 1931, aos 29 anos, casou-se com Sarah, teve a filha Márcia e adotou Maria Estela. Com a família formada, JK ingressou na Força Pública (Polícia Militar de Minas Gerais), como capitão-médico.

Em 1932, foi requisitado para a região Túnel da Mantiqueira, próximo de Passa Quatro. Naquele ano os conflitos entre paulistas e mineiros estavam mais violentos durante a Revolução Constitucionalista. JK foi a grande revelação de saúde naquele período, pela forma como atendia e dava assistência aos feridos na batalha.

Foi nessa época, cada vez mais conhecido por sua dedicação ao povo, que a amizade com o deputado Benedito Valadares mudou o rumo da vida do médico.

Benedito foi nomeado interventor de Minas Gerais e convidou JK para trabalhar como secretário executivo do governo do estado. Seu trabalho dinâmico e inovador fez com que se tornasse popular nos meios políticos. Tanto que foi eleito deputado federal em 1935. Dois anos depois, com a chegada da ditadura e o fechamento do Congresso Nacional, JK volta a clinicar.

Sua carreira política tem novo impulso em 1940, ao ser nomeado prefeito de Belo Horizonte pelo mesmo Benedito Valadares. Juscelino começa a surpreender o país, por sua forma de administrar. Em 1945 elege-se novamente deputado federal, pelo PSD.

Como prefeito, JK deixou marcas na capital mineira; bastou um passo para eleger-se governador, cargo que permitiu que realizasse muitas obras importantes, como estradas, avenidas e usinas de energia. Uma de suas grandes realizações foi a Pampulha, lindo lugar da capital mineira, composto por uma igreja, um parque e um lago, que transformou-se num importante ponto turístico.

O reconhecimento do trabalho de JK realizado em Minas Gerais espalhou-se pelo país, o que le-



*Memorial JK:
monumento
que
homenageia
o construtor
da capital*



vou os brasileiros a desejarem que ele fizesse o mesmo pelo Brasil. Por isso foi eleito presidente da República, nas eleições de 1955, com 3.077.411 votos.

O sonho de JK era de modernizar o Brasil, melhorar a vida das pessoas. Ficou célebre por desejar que o país crescesse em 5 anos, o tempo de seu mandato, o equivalente a 50 anos.

JK construiu quilômetros e quilômetros de estradas, fez usinas e realizou o sonho de fabricar o primeiro carro brasileiro: o fusca.

Mas a maior obra realizada por JK foi a construção de Brasília, a nova capital do Brasil. Projetada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, foi, sem dúvida, a obra mais corajosa e difícil em toda a história do país. No Planalto Central só existiam cerrado e terra vazia. No dia 21 de abril de 1960 a capital foi inaugurada e transferida do Rio de Janeiro para Brasília.

O presidente JK amava tanto Brasília que mesmo depois de deixar a presidência, resolveu morar perto dela. Comprou uma fazenda em Luziânia, no estado de Goiás. Era lá que morava com a família e recebia a visita de parentes. Seu Nonô, como era chamado pelos mais íntimos, gostava da vida da roça. Tirava



O Catetinho (alusão ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro) foi a residência oficial do presidente durante a construção de Brasília

leite das vacas, andava a cavalo e plantava seus alimentos. Não faltava tempo para a seresta, e sua canção predileta era "O Peixe Vivo".

Juscelino morreu aos 74 anos de idade, num acidente de automóvel, na rodovia Dutra, em 1976.

Para preservar a memória desse ilustre brasileiro, dona Sarah Kubitschek, esposa de JK, lutou para construir o Memorial JK, em Brasília, inaugurado em 1981, num local privilegiado, próximo ao Cruzeiro, onde foi rezada a primeira missa em Brasília. É lá que estão documentos, peças e restos mortais de JK, uma homenagem àquele que lutou por seus ideais democráticos e amou o Brasil como ninguém.



Lúcio Costa

O inventor da cidade de Brasília

ARMANDO J. BUCHMANN

Brasília foi concebida com profunda convicção democrática. A Praça dos Três Poderes, assim chamada no próprio texto descritivo do plano da cidade - perfeito exemplo de integração urbanístico-arquitetônica - teve como base de implantação o triângulo equilátero, no intuito de marcar, no nascedouro, a autonomia dos poderes da República. Foi, por isto, tratada com a amplidão e o apuro de uma Versalhes do povo. Os vinte anos de poder autoritário - juntamente com as restrições arquitetônicas por ele impostas - deram, porém, cidade autoritária em contraposição ao *laissez-faire* das chamadas cidades-satélites oriundas dos antigos núcleos improvisados a partir de 1961, quando a Novacap, premida pelo problema da transferência das favelas surgidas em tor-

no dos vários canteiros de obras, resolveu (à revelia do parecer contrário dos responsáveis pelo desenvolvimento do plano) doar lotes de terra e conceder todas as facilidades para que os chamados "candangos" se mudassem para fora da área metropolitana. Agora, na retomada da normalidade político-administrativa, o novo governo da cidade está diante de um impasse. É que, no louvável intuito de preservar a identidade simbólica da capital – ou seja, a estrutura do chamado Plano Piloto – a administração anterior vinha adotando a política da descentralização e de uma antecipada dispersão periférica em detrimento da matriz urbana, ainda incompleta. Daí a iniciativa de projetar novas cidades-satélites e de pretender implantar oneroso sistema de transporte de massa, quando as amplas vias de conexão com o centro da cidade, ainda vazias, estão a pedir sem maior ônus, pelo contrário, uma ocupação marginal arquitetônica contida, destinada à habitação econômica. Essa possível

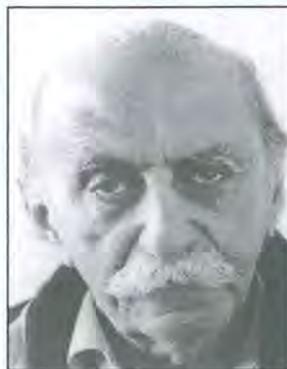
seqüência contínua de segmentos edificados, formando "quadras" no sentido inovador das superquadras de Brasília, mas com prédios de apenas 3 pavimentos sobre pilotis baixos (2,20m) – destinados à pequena classe média e proletária, constituída de bancários, comerciantes, pequenos funcionários do serviço público, ou seja, da totalidade da população trabalhadora – prédios inclusive com unidades de 30m² para atender ao salário mínimo e aos ex-favelados, formariam ao longo das vias uma bordura contínua, um debrum urbanística e arquitetonicamente integrado com escolas, creches e áreas arborizadas de recreio, e com o apoio comercial adequado a populações não motorizadas. Por detrás dessa cortina edificada urbanística e arqui-

L Ú C I O C O S T A

Nasceu em Toulon, França, formou-se no Rio de Janeiro pela Escola Nacional de Belas-Artes em 1924.

Sofreu a princípio as influências das teorias neocoloniais, de José Mariano Francisco, para em seguida, abandonando tais idéias, tornar-se paladino de uma nova arquitetura brasileira, baseada na tradição, mas sem desconhecer os progressos de técnicos e a contribuição de homens como Le Corbusier, Mis Van der Rohe e Frank Loyd Curright.

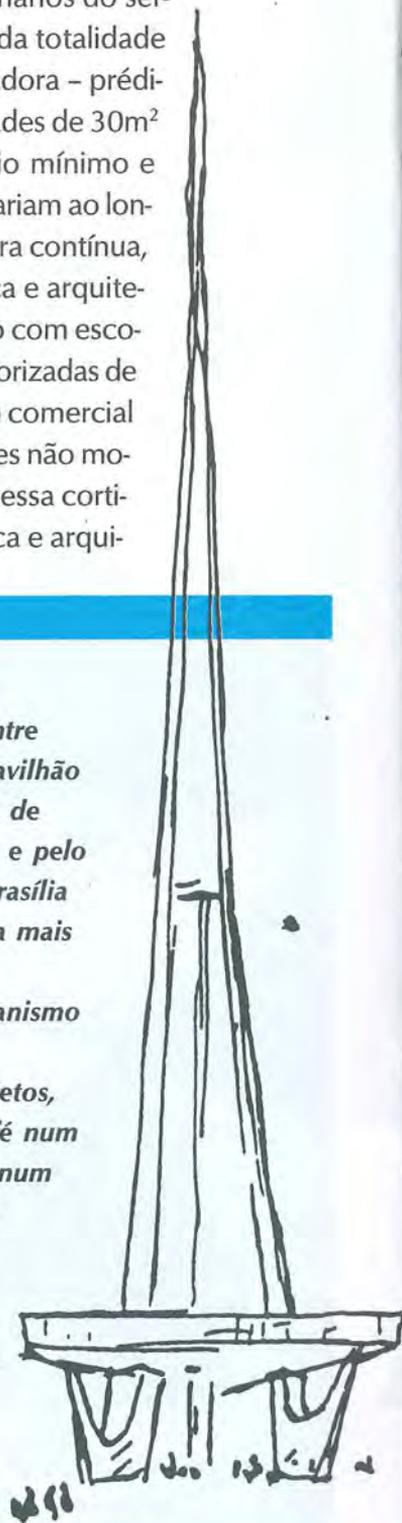
Em 1931 assume a direção

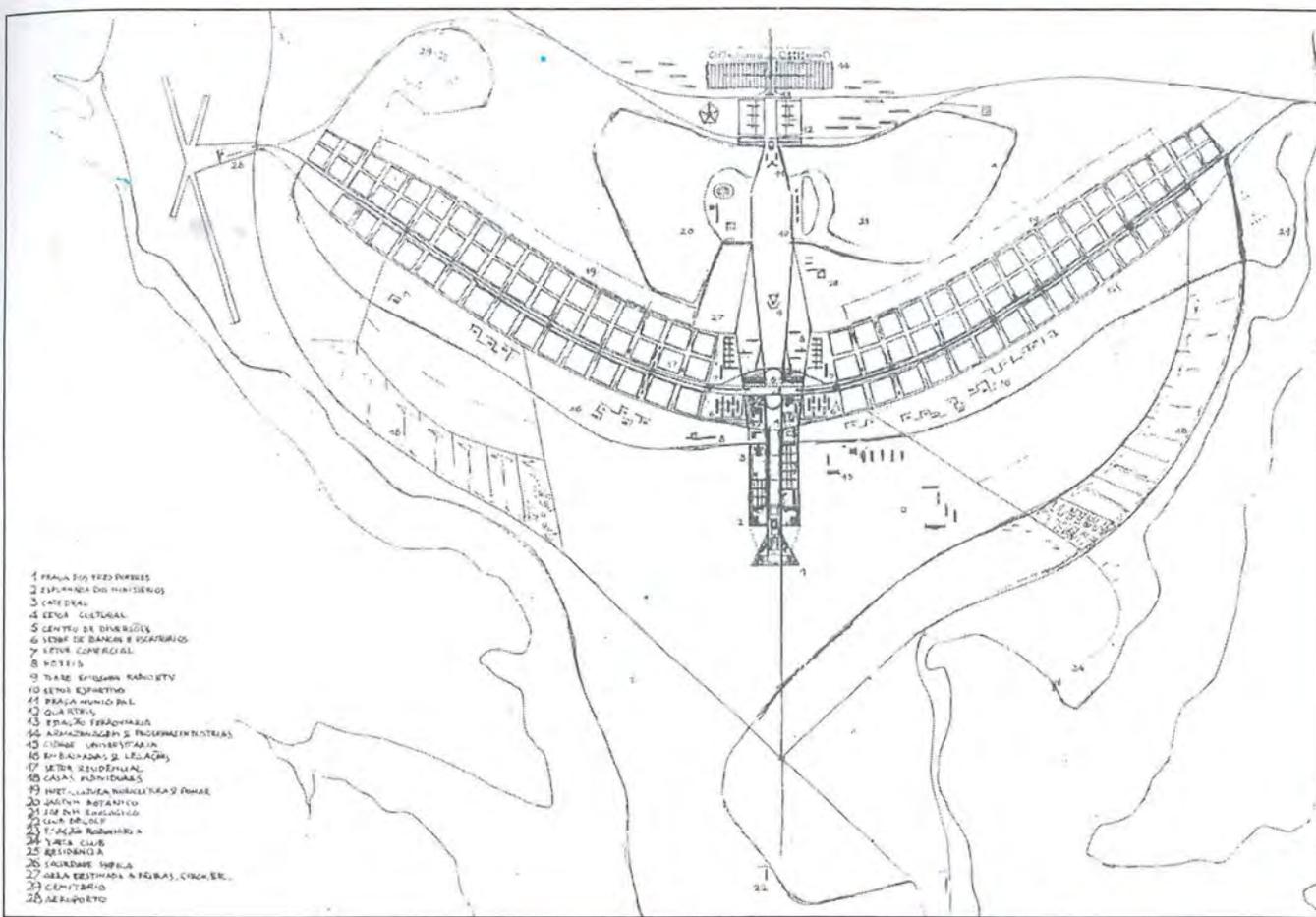


da Escola Nacional de Belas-Artes, mas logo é obrigado a demitir-se. Sua ação influiu no aparecimento da primeira geração de arquitetos brasileiros modernos. Desde 1936, após projetar o novo edifício do Ministério da Educação, no Rio de

Janeiro, convida Le Corbusier e, entre outras obras, o Pavilhão Brasileiro na Feira de Nova York (1939) e pelo Plano Piloto de Brasília passa a ser a força mais importante da arquitetura e urbanismo do Brasil.

Autor desses projetos, concebidos com fé num Brasil diferente e num mundo melhor, a arquitetura e o urbanismo de Lúcio Costa exprimem essa realidade.





teticamente composta, cujos habitantes utilizarão o transporte existente em todo o percurso, barateando-lhe o custo, as extensas glebas serão destinadas apenas à cultura hortigranjeira, evitando-se assim o clássico espraiamento suburbano que em Brasília se deve evitar. O chamado Plano Piloto continuará como pólo urbano a um tempo de convergência e de irradiação, tendo a plataforma rodoviária como elo dessa integração. Não se deve esvaziar Brasília antes que ela esteja pronta, é preciso construir as quadras da Universidade, e é preciso adensar adequadamente o centro urbano - o miolo da cidade -, o seu core, ainda inconcluso.

RESULTADO DO CONCURSO PARA O PLANO PILOTO

Ao todo inscreveram-se 62 concorrentes, mas só 26 apresentaram projetos dentro do prazo estipulado no Edital, isto é, 11 de março de 1957.

Do exame, seleção, estudo e apreciação dos trabalhos por parte da Comissão Julgadora, que se instalou no dia 12, resultou a seguinte classificação:

1º prêmio - projeto nº 22, do Sr. Lúcio Costa;

2º prêmio - projeto nº 2, dos Srs. Boruch Milmann, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves;

3º e 4º prêmios - projetos nºs 17 e 8, respectivamente, do Sr. M. M. M. Roberto e dos Srs. Rino Levi, Roberto Cerqueira César e L. R. Carvalho Franco;

5º prêmio - projetos: nº 1, dos Srs. Carlos Cascaldi, João Vilanova Artigas, Mário Wagner Vieira e Paulo de Camargo e Almeida; nº 24, dos Srs. Henrique E. Mindlin e Giancarlo Palanti, e nº 26, da firma Construtécnica S.A Comercial e Construtora.

Em 1987, Lúcio Costa esteve em Brasília.

Visitou a Plataforma Rodoviária e deixou-nos esta
belíssima página, do que viu e sentiu.



Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, à noite. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contato com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam, até, a volta para a cidade-satélite e ficam ali, bebericando. Eu fiquei surpreendido com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o “centro de compras”, então, fica funcionando até meia-

noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. Só o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.



30 de novembro de 1987



Canteiros de obras sinalizam os primeiros benefícios aos candangos

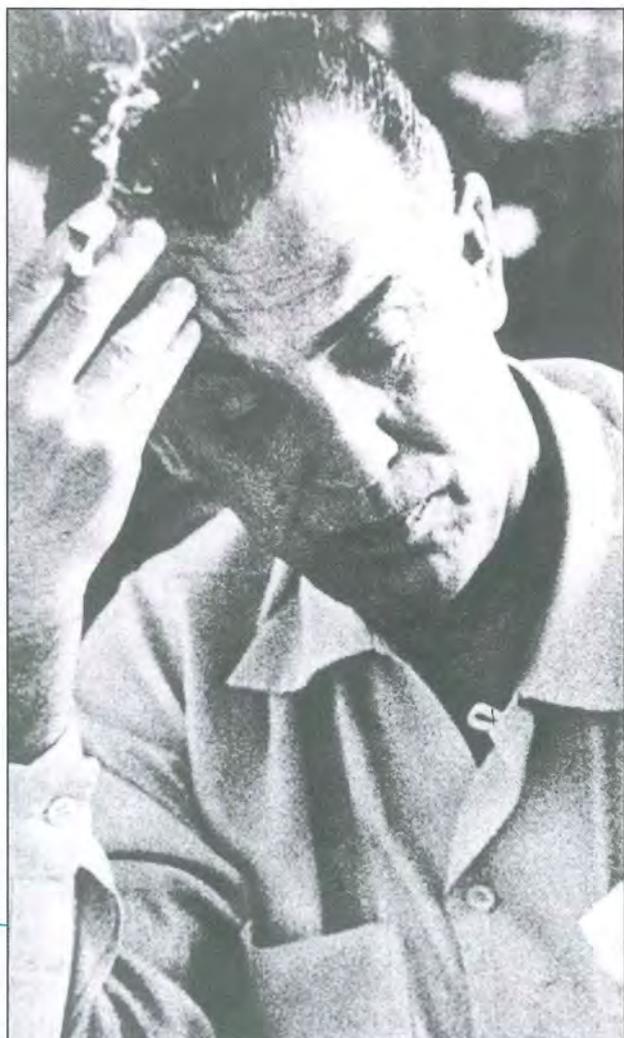
A s a g a de JK

JARBAS MARQUES

No ano em que comemoramos o centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o regime republicano terá 113 anos de existência e apenas dois estadistas desde a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889: Getúlio Dornelles Vargas e Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Getúlio Vargas ascendeu à presidência da república como líder da Revolução de 1930 e Juscelino Kubitschek como o das eleições de 1955.

Historiadores, sociólogos e economistas chegam a considerar que as bases do desenvolvimentismo do Estado brasileiro devem ser tributadas a Getúlio Vargas; quanto ao presidente Juscelino, pouco foi produzido nas bancas acadêmicas para valorar a sua presença na



história política, administrativa, econômica, social e cultural.

Dizer e referenciar apenas a construção de Brasília é muito pouco diante do seu legado ao Brasil como Pátria e Nação.

A República precisava de uma capital para diferenciá-la do Império dos Orleans e Bragança. Os positivistas e republicanos na primeira constituição republicana, em 1891, com o artigo 3º e a sua avançada visão geopolítica, determinavam a transferência da capital para o Planalto Central com o objetivo de assegurar o domínio físico do território brasileiro.

Juscelino Kubitschek, 69 anos depois, a entregou construída.

Para diferenciar os dois estadistas, usaremos uma adjetivação do folclore político; Getúlio Vargas era a "raposa felpuda", dissimulado, maquiavélico em contrapor adversários políti-



JK, muito querido pelo povo, costumava visitar as famílias. Na foto, em visita a Rio Verde (GO)

cos em seu próprio proveito. Já Juscelino era o "conquistador de simpatia" e "o condutor de sonhos".

Enquanto Vargas deixou um rastro de sangue, assassinatos e torturas nos seus quinze anos de poder, Juscelino deu ao país liberdade e progresso.

A Esplanada dos Ministérios pronta: centro das decisões nacionais



Tentaram impedir sua candidatura, e até sua posse: no dia 11 de fevereiro de 1956, a apenas 40 dias da sua posse, militares golpistas da FAB tomaram aviões e rumaram para Jacareacanga. Sua resposta: anistiar os revoltosos.

Para muitos historiadores levianos, esses revoltosos eram uma “fração de Brancaneone”; mas não, eles continuaram conspirando para desestabilizar o regime democrático e fariam uma outra revolta, a de Aragarças, onde pela primeira vez no mundo foi realizado o seqüestro de um avião civil. Desses conspiradores, muitos passariam à história como torturadores e assassinos na Ditadura Civil e Militar de 1964, como por exemplo o brigadeiro Burnier.

Se não foi somente a construção de Brasília, o que mais fez Juscelino?

Começamos pela sua nomeação como prefeito de Belo Horizonte em 14 de abril de 1940. Belo Horizonte, inaugurada em 1897, era a primeira cidade planejada do Brasil republicano. Mas não fora planejada para o advento do automóvel e nem para os migrantes em busca de conforto e trabalho na sua periferia. Apenas a Avenida Afonso Pena tinha 50 metros de largura, as ruas restantes tinham 12 metros. Juscelino, além de asfaltar a Avenida Afonso Pena, estendeu a pavimentação e a infra-estrutura de saneamento aos bairros periféricos, transformando a cidade, a ponto de ganhar a alcunha de “prefeito furacão”. Sua antevisão o levou a convidar o urbanista francês Alfred Agache para avaliar o potencial urbanístico da Pampulha.

Muitos pesquisadores datam dessa época



Os candangos vão às ruas comemorar a inauguração da capital

o seu primeiro ensaio “para construir Brasília”. Procura Rodrigo de Melo Franco, e este indica o jovem Oscar Niemeyer, que depois de ouvir o prefeito Juscelino, fica trancado no hotel, e, em dois dias, entrega o projeto da Pampulha. Lúcio Costa, Niemeyer, Portinari e Burle Marx

a partir daí se ligam umbilicalmente a JK.

Juscelino se elege governador de Minas Gerais em 1950 e, já influenciado pela visão desenvolvimentista de João Pinheiro, estabelece o binômio “Energia e Transporte” como meta de governo.

Minas Gerais, como bem disse o engenheiro Lucas Lopes em depoimento à Fundação Getúlio Vargas, “era a escuridão”. Partiu então para o programa de eletrificação. Embora a primeira usina hidroelétrica na América Latina tenha sido construída em Juiz de Fora, o estado tinha poucas usinas e de pequena capacidade geradora.

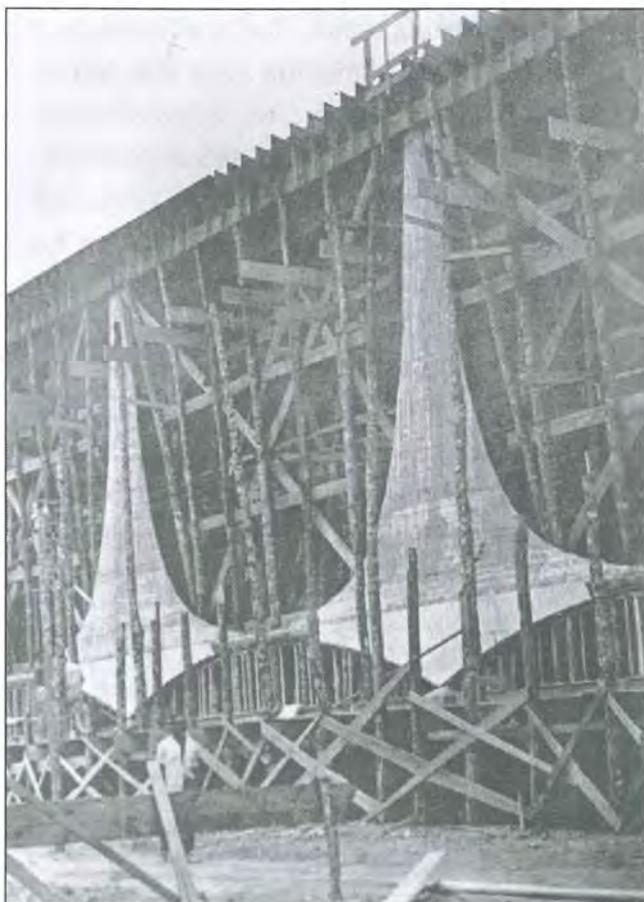
Já na Presidência determinou o replanejamento da Usina de Furnas e o planejamento da de Três Marias, ambas de grande importância não só para Minas Gerais e São Paulo, mas também para a Brasília que viria a ser construída.

A cada nova função pública Juscelino

Kubitschek agregava mais capacidade de antevisão administrativa e, ao deixar o governo de Minas Gerais para se candidatar à Presidência da República, estruturou o primeiro plano de governo da história republicana, ao qual chamaria de “Plano de Metas”, que totalizava 30 metas mais a Democracia.

No dia 4 de abril de 1955, no seu primeiro comício de campanha na cidade goiana de Jataí, ao inaugurar um estilo direto de se comunicar com o povo, o jovem Antônio Soares Neto – o Toniquinho – de chofre lhe pergunta: “O senhor diz que vai cumprir a Constituição, então o senhor vai transferir a capital federal para o planalto?” Nascia o que JK chamou de “meta-síntese” – Brasília.

Devemos a ele, na sua visão planejada de governo, as indústrias de base, o planejamento regional com a criação da Sudene, a indústria automobilística, a indústria naval, a ampliação das ferrovias, dos portos, da rede rodovi-



As pilastras do Palácio da Alvorada marcaram a arquitetura da capital

ária, o primeiro orçamento para a formação de pessoal técnico e orientação da educação para o desenvolvimento – a meta 30 –, a construção da Belém-Brasília e das radiais que hoje interligam todos os estados brasileiros, sem as quais a Amazônia e o Centro-Oeste já estariam internacionalizados.

A Ditadura Civil e Militar de 1964 cassou o seu mandato de senador por Goiás e os seus direitos políticos por 10 anos, lançou uma campanha de desmoralização e calúnia em nível mundial, dizendo que ele tinha a “Sétima Fortuna do Mundo”. Foi humilhado e torturado em inquéritos policiais militares em quartéis, sofrendo interrogatórios de oficiais subalternos, foi proibido de visitar Brasília. Por ironia, o ditador que cassou os seus direitos políticos e o seu mandato parlamentar ascendeu ao generalato pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

No ano do centenário do seu nascimento, a Capital da República completou 42 anos da sua inauguração e a conurbação dela com as cidades do Distrito Federal e do seu Entorno tem a população de um país latino-americano como o Uruguai, com mais de três milhões e duzentos mil habitantes.

Em seu governo de liberdade e progresso fomos campeões mundiais de futebol pela primeira vez. Esther Bueno conquistou o campeonato mundial de tênis, a bossa-nova encantou o mundo, nasceu o cinema novo, a arquitetura brasileira passou a ser o grande produto de exportação cultural do país, e sua



*Juscelino sobe a rampa do Palácio do Planalto
ao lado de João Goulart*

meta-síntese é hoje Patrimônio Cultural da Humanidade.

Seus carrascos, caluniadores e detratores afirmam que irão destruir o estado legado por Vargas e por ele ao povo brasileiro, mas ninguém conseguirá dar tanto orgulho aos candangos que, vindos de todos os rincões da Pátria, construíram uma cidade do nada.

E Darcy Ribeiro, na sua saudável irreverência, disse que Deus estava de bom humor quando reuniu a Juscelino o doutor Lúcio Costa, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, Oscar Niemeyer, pessoas às quais acrescento Ernesto Silva, Afonso Heliodoro, Moacir Gomes, Pery França, Joaquim Cardoso, Augusto Guimarães Filho, Jofre Mozart Parada, Segismundo de Araújo Melo e todos os heróis anônimos que passaram à história como candangos.

Jarbas Silva Marques – Professor, jornalista, membro do Instituto Histórico do DF e diretor da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico – DePHA.

O eldorado

A cidade derrama-se em luzes. Festa de luzes. "É o centro das grandes decisões nacionais", dizem. Esplanada dos Ministérios. Vazia. Não que isso seja incomum aqui. Geralmente não se vêem pessoas neste lugar. Mas há a profusão dos carros no eterno ir e vir. Agora se faz silêncio. Paz aparente.

A grama verde. Iluminada. Há uma magia no ar. Vinte e três de dezembro. Alabrados aqui e acolá. Ali, os Santos Reis. Reis de que mesmo? Nem sei. Mas eu acredito. Melhor crer no que não se vê. No que não se tem provas. Esse é o grande mistério. É a força motriz da humanidade. Crer sem ver. Não com os olhos carnisais. Só com os olhos da fé. Mas o homem necessita tornar visível o que ele crê. Assim com tudo. Ali estão os três reis santos: Belchior, Gaspar e Baltazar. São esses os nomes. Qual



desses será quem? Sei não. Tenho que levantar a cabeça para ver-lhes os rostos. Quanto terão de altura? Três metros? Mais? Sei não. Meu irmão João quando os viu exclamou: - É cada cavalo de santo! Eles estão a pé, eu disse. Mas meu irmão tem o cavalo como medida de grandeza.

A baiana do acarajé permanece ao lado de suas guloseimas. Quem sabe apareça algum saudosista da comida da terra? Tanto baiano, tantos nordestinos nesta cidade e nenhum veio prestigiá-la nesta noite. Amanhã é Natal. Já não chega viver longe de sua terra onde eram tantas as festividades natalinas? Olha pros bolinhos, pro vatapá, pras cocadas...

O homem da pipoca cochila ao lado do carrinho. Teme sair e perder algum possível freguês. Olha-me de esguelha. Cruz credo! Quero pipoca não. Hoje não.

E eu que pensei encontrar tanta gente por aqui! Pus até roupa nova! Roupa comprada pra ir pra Minas! Mineiro valoriza muito o traje. Mais que o monge. Vim aqui tentar espantar essa dorzinha de nada que brotou em meu peito. Funda. Dói! Dói de fazer doer; já dizia Pagu, a rebelde. Será isso a famosa solidão de Brasília? Saudade de nada. Ou de tudo. Mas é saudade, eu sei.

Um vento entojado começou a soprar. Esfria-me as pernas desnudas joelho abaixo. Que tinha eu que vir aqui quase meia-noite? Amanhã é véspera de Natal. Daqui a pouco já será. Sou tão dividida! Sou lá e cá.

Perambulo pela Esplanada. Olho para a Catedral. Uma igreja no topo do mundo. Longe dos fiéis. Ali. Sozinha. Com as mãos em prece. Pensando bem, essas



mãos em prece foi o que sempre ouvi dizer mas eu mesma acho que ali são garras afiadas para agredir o céu. Ou, quem sabe até para se defenderem do céu?! Não dizem que o Niemeyer é ateu? Por que então ele haveria de pensar em prece quando a projetou? Certa feita vi uma entrevista dele em que afirmava que os pais lhe haviam ensinado todos os caminhos, menos o consolo da fé. Mas isto é lá com o Oscar Niemeyer. Não comigo. Tenho fé. Acredito. Principalmente no que não vejo.

Volvo meu olhar. Aquelas réplicas dos quatro evangelistas do Aleijadinho são a imagem da desolação, da indagação. Angústia. Que mais se poderia esperar de

um artista barroco? Há o campanário. Quatro sinos. Um senhor que a gente sempre encontrava na Catedral me disse uma vez que eles se chamam: Santa Maria, Pinta e Nina, em homenagem às três caravelas de Colombo. Mas há um quarto, eu disse. Oh, aquele pequetito é o Pilarica, homenagem a Nossa Senhora do Pilar. Ele me disse também que, pela inauguração de Brasília, governantes do mundo inteiro enviaram presentes. A Itália doou a estátua da loba com os gêmeos Rômulo e Remo, criados por uma loba. A França doou uma escultura (O Imigrante, segundo o artista) mas como ninguém a entendeu, e é enorme, colocaram-na logo na entrada de Brasília, a céu aberto. O artista não

gostou. Está lá toda pichada. Mas também, onde iam arrumar lugar para colocar aquele mundaréu de coisa que ninguém entendeu? Eu, particularmente, acho-a muito parecida com Brasília. Pergunte não. Sei não porquê. O senhor da igreja (se fosse em Ventania eu diria que é o sacristão; aqui, tudo muda de nome...) É, ele me disse que o navio que trazia os sinos, doação da Espanha, afundou. E foram precisos muitos anos para se fundir novos sinos. Por isto só há pouco tempo foram colocados aqui. Sei não. E se não sei, acredito.

Volvo meu olhar para o Conjunto Nacional. Meu cunhado até hoje enche a boca para dizer: "Conjunto Nacional!" Fora de brincadeira, este Conjunto já foi a grande vedete aqui. Tudo que era parente ou amigo que vinha de longe e a gente ia mostrar-lhes a cidade, o Conjunto Nacional era parada obrigatória. Hoje com tantos *shoppings* (mania de nome estrangeiro, por que não dizer Centro Comercial?) vá lá, com tantos *shoppings* modernos, ainda gosto de visitar o Conjunto Nacional, fazer compras. Tem história.

Vejo a Rodoviária. Por que chamam as rodoviárias de "terminal"? Ora, uma rodoviária é o lugar mais vivo de uma cidade. É gente que chega, é gente que sai, é gente que passa, que conversa, que come, que pede, que dorme, que espia, que se cumprimenta, que se despede. Hoje esta rodoviária ficou tão

longe! Principalmente para o povo das cidades-satélites. Aliás, sem elas, as satélites, Brasília não seria Brasília. Creio que já são 18. Tem algumas com mais habitantes que certas capitais brasileiras. Mas o Brasil não sabe. Brasil afóra, Brasília é sinônimo de político safado. E como xingam! Dói de ouvir pois aqui mora um povo ordeiro e trabalhador. Vindos de todos os recantos do Brasil. E do mundo. E olha que tem bons políticos também. Poucos, mas tem. Brasília é tudo: Plano Piloto e satélites. Se desvincula, não é Brasília. O povo mora longe da Rodô-ferrô, como dizem em minha casa. Mineiro tem preguiça com as palavras. E a Rodô-ferrô (rodoviária ferroviária) ficou longe. Isolada. Martírio para quem não tem quem

lhe leve ou espere de carro. Bobagem minha. Pensamento é assim; voa. E a grama em que me assentei, molhou-me os fundos. Minha roupa nova! Ligo não. Vou caminhar um pouco. Logo seca. Se tivesse quente... mas hoje há um friozinho.

Esplanada dos Ministérios. Quando a vi pela primeira vez, deu-me um banzo! Achei aqueles prédios comportadinhos, em fila, parecendo menino de escola esperando para tirar fotografia. Emanuel, um amigo, achou a idéia engraçada e quis poetar com ela. Mentira minha, Emanuel. Meninos de escola em fila sorriem, tagarelam. Esses aqui estão silenciosos. Tristes. Isolados.

Para que tanta luz iluminando ninguém aqui? E as estradas que levam a cada satélite, maioria também é iluminada! Uma noite de luz no Distrito Federal dá para eu gastar a vida inteira.

Gosto desta Esplanada é no dia de *Corpus Christi*. Gente demais. De aqui e de alhures. Talvez seja o único dia em que este lugar se humaniza. Fusão de soques, de trajés, de gostos. Mães





que trazem os filhos. Algumas até os cachorros. O lanche. Outras o trazem de casa. Os vendedores. Guloseimas diversas. Do Oiapoque ao Chuí, aqui. O altar suspenso. Arcebispo. Bispo. Autoridades. Povão. Tudo acontece na grama. Poucos prestam atenção às rezas, embora haja microfones por todos os lados. É que não dá para ver o altar de longe. Tão longe... Tanta gente... E a comilança rola solta. Mas há o momento da comunhão. Nesse, os cânticos são conhecidos de todo o Brasil. "Coração Santo, tu reinarás..." Lágrimas. Emoção. "Queremos Deus, homens ingratos..." "A nós descei." Momento de fé. Ministros e padres vêm ao gramado distribuir a hóstia santa. O povo se emociona. É um momento muito dele, o povo. Políticos estão longe. Principalmente aqueles que conhecem Brasília da janela do avião, que aqui chegam na terça e na quinta se vão. E aí Brasília é toda nossa que aqui moramos. Gente de todo canto: Taguatinga, Gama, Cruzeiro (velho e novo), Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Samambaia, Planaltina, Brazlândia, Guarã I e II, São Sebastião, Santa Maria, Riacho Fundo I e II, Recanto das Emas, Setor Sudoeste, Octogonal, Ceilândia, Asa Sul, Asa Norte, Lagos Sul e Norte,

Vicente Pires e zona rural. Meus Deus, é gente pra não acabar. E todos cantando. Sempre chorei nesse momento. Só de lembrar, choro.

E o governo (O GDF - Gedeeefe - para nós ele nunca tem nome, é sempre o GDF) até que se esforçou para este Natal. Está bonito isto aqui. Mas cadê o povo, aquele do *Corpus Christi*? Lá do Mirante da Torre a Esplanada é sempre um cartão postal ao vivo. Pena que esteja fechado agora. Poderia ir lá... São 24 horas do dia 23. Já é Natal, praticamente. Olho, suspiro e fico imaginando que todo brasileiro deveria conhecer Brasília; a oitava maravilha do mundo moderno. Não sei quais são as outras sete. Nelly Novaes Coelho me disse que nunca soube quando acontecem as calendas gregas, mas que costuma adiar seus compromissos para o tempo das calendas. Também não sei das sete maravilhas, mas sei que Brasília é a oitava.

Brasília, estou te deixando depois de 25 anos. Como professora trouxe muitos sonhos e medos em minha bagagem. Foi muito trabalho. Muitos que ensinei são hoje jornalistas, médicos, professores, políticos, comerciantes... Valeu a pena? O Fernando Pessoa, grande poeta, disse que tudo vale a pena. Então a gente fica assim a valer. Regresso para Mi-

nas, mas, Brasília, eu te amo e vou te amar sempre. Verdes canaviais de Passos. Serras e pedras da Ventania me esperam. Aposentei-me. Já não tenho a juventude que esta cidade requer. No interior de Minas quero me assentar na idade e cochilar na espera. Ver quem passa, por que passa, aonde vai, por que vai, com quem vai. Saber se a vizinha passou bem de ontem, tomar café da tarde com amigos, fazer quitanda, bater longos papos, me enraizar no tempo.

Lá, a "irredutível" demora a chegar e, quando chega, velórios concorridos, virtudes destacadas, lembrança pranteada.

Se estou indo lá pra morrer? Que é isso, Brasília; se aquiete. Está me estranhando? Estou indo justamente para viver. Que faria eu sem trabalhar, em um apartamento pequeno, sem a presença diária de alunos e colegas? Melhor sair de cena. Mas eu lhe agradeço, Brasília. Houve uma troca entre nós. Eu lhe dei meu trabalho, você me ensinou muito sobre o Brasil; seus usos, seus costumes. Aqui aprendi a abrir meu coração e a aceitar cada pessoa como ela realmente é. Deixo amigos queridos e a certeza de que sempre voltarei. Um beijo, Brasília.

Pego o carro e saio com um ar de quem vai ali e volta já.

Poema a Brasília

Newton Rossi

Eu vi Brasília nascer...
Eu vi Brasília crescer...
Eu Achei Brasília!...
Achei, como quem acha
A pedra procurada
No sonho dos garimpos.
Achei, na sensação do reencontro,
O Paraíso perdido
Nas caminhadas do tempo.
Agora compreendo
A busca ansiosa
Dos Bandeirantes da História.
Eu achei Brasília!...
Antevisão do futuro,
Num mundo tão conturbado.
Eu vi o pulso forte
Que a tornou possível...
E encontrando aquilo que buscava,
Na ânsia milenar
Das vidas sucessivas,
Do pedestal da esperança
Eu poderei gritar:
- Posteridade, eis aqui
A chave das portas do amanhã,
Onde o mesmo Sol
Iluminará a todos...
E onde todos
Compreenderão o mesmo Sol.

Posteridade,
Eu encontrei **Brasília**.

Retrato de Brasília

Érvelly Andrade

Bem sabe se viver
Rainha da nossa pátria
Amada Brasil.
Suas árvores vou dizer,
Ilustra seu ar gentil
Lugar onde junta um a um,
Inigualável mãe sutil
Acolhe migrantes, por aí afora desse Brasil.

Bem como a colocar numa escultura
Rumo a tantas iguarias,
Agora monta seus tesouros em moldura
Suas asas sul e norte
Incríveis formas, quem diria
Longe se vai enquanto acolhe
E assim pontes e vias de sorte
Imagina-se que é um lugar de paz,
Ruas sem esquinas, caminhos quietos
Ar de mãe amada, é paz, é certo...

Deefense

Afonso Camboim

Como membro do retângulo,
eu quero o meu gentílico.

Se como parte da nAVE
eu sou um brasiliense,
como saber o que sou
como parte do DF,
tal qual sabe um campinense
que é também paraibano
ou sabe mesmo um paulista
que é também um paulistano?

Seria eu um candango
- e é o candango daqui? -
ou seria um deefense?

Chamo-me brasiliense,
se nasci em Taguatinga?

Será Brasília o DF
ou o "hibridismo político"
do município/estado
fez-me ficar num estado
de incerteza tamanha?

Se falo aos brasilienses,
incluindo os das Satélites,
sentem-se eles incluídos
ou ficam fora de órbita?

Se sou eu da capital
sou eu também distrital...
Eu quero, pois, o gentílico
do Distrito Federal.



Redação

Fone:

(61) 348-8959

Fax:

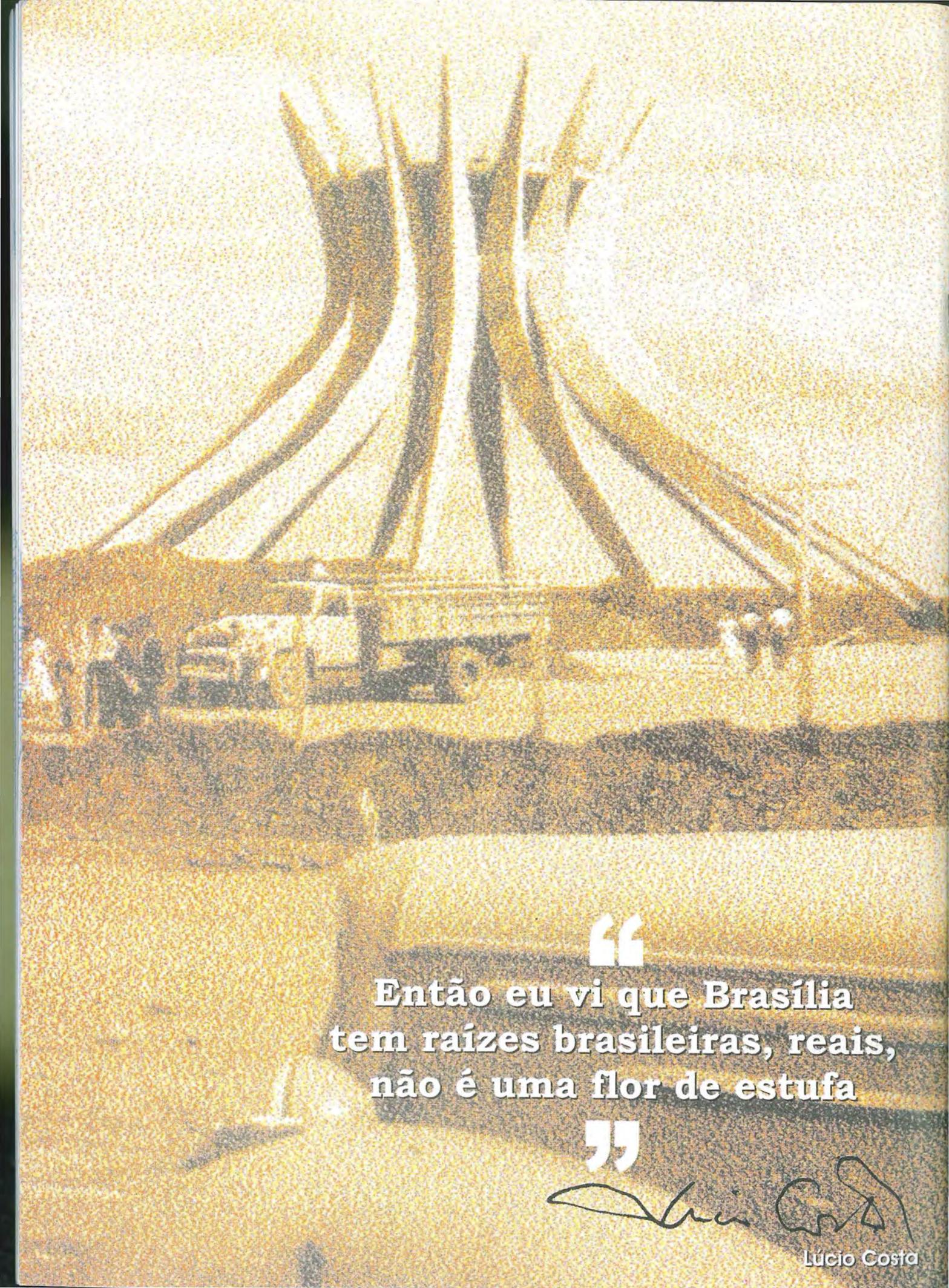
(61) 348-8413

E-mail:

df-letras@cl.df.gov.br

Câmara Legislativa do Distrito Federal

SAIN - Parque Rural - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Fone: (61) 348-8000



“
Então eu vi que Brasília
tem raízes brasileiras, reais,
não é uma flor de estufa

”

Lúcio Costa